SIXTY DEGREES

Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo S.A.



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2021

Sixty Degrees - S.G.O.I.C., SA.

Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 515 373 508

Sede: Avenida João Crisóstomo, 30 6º esq. 1050-127 Lisboa, PORTUGAL Capital Social: 852.468

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS 6
2. INTRODUÇÃO 8
3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO 10
4. ATIVIDADE E DESEMPENHO 23
5. GOVERNAÇÃO E RISCO 25
6. ANEXOS 32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS



A Administração da Sociedade compete a um Conselho de Administração composto por um mínimo de três e um máximo de sete membros, sendo um Presidente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos.



Introdução

2. INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo ínicio da recuperação económica mundial depois dum ano muito afetado pela pandemia provocada pelo novo coronavírus. Contudo, esta recuperação económica foi acompanhada pelo aumento generalizado do nível geral de preços a nível global. Se numa fase inicial, os diversos Bancos Centrais estimaram uma subida transitória da taxa de inflação, essa perceção foi-se alterando ao longo do ano. Neste sentido, ainda em 2021, assistimos à subida das taxas diretoras de alguns Bancos Centrais, onde se destacam os BC's de Inglaterra (BoE), da Coreia do Sul, da Nova Zelândia e do Brasil.

Voltámos a assistir a novo incremento dos fluxos financeiros para o mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário, sendo de destacar o aumento de 35,4% no volume de ativos sob gestão das sociedades gestoras portuguesas que assim atingiram os 20 mil milhões de euros.

De acordo com os dados publicados pela APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, no final de 2021, os PPR's eram a categoria com maior volume sob gestão (€4,3 mil milhões) tendo crescido cerca de 1,2 mil milhões de euros neste ano. Seguem-se as categorias dos Fundos Multi-Ativos Moderados e dos Fundos de Ações Globais com 2,98 e 2,42 mil milhões de euros, respetivamente.

O mercado de gestão de ativos doméstico continua muito concentrado, sendo dominado por 4 Sociedades Gestoras, maioritariamente controladas pelos maiores grupos bancários a operar em Portugal, que conjuntamente detém uma quota de mercado de cerca de 90,5% dos ativos sob gestão.

Quem Somos:

A Sixty Degrees foi constituída, em maio de 2019, fruto da junção de experiências de um conjunto de gestores de ativos, reconhecidos e premiados, nacional e internacionalmente, ao longo de mais de 25 anos de carreira.

Este grupo de profissionais entendeu canalizar a sua vasta experiência na gestão de ativos neste projeto inovador e diferenciador, para dar resposta à crescente consciência dos investidores e aforradores para o valor das estruturas de gestão independentes dos grupos financeiros.

Esta é a grande mais-valia da Sixty Degrees – a gestão de ativos totalmente independente dos grandes grupos financeiros, sem cedência a fatores e pressões exteriores, privilegiando, acima de tudo, os mais elevados interesses dos seus Clientes.

Enquanto sociedade gestora de Organismos de Investimento Coletivo, a Sixty Degrees pretende prestar um serviço de proximidade, alicerçado na construção de uma relação de confiança com os seus Clientes. Nesse sentido, procurará sempre atender às suas necessidades de forma a oferecer a melhor gestão do seu património. regendo-se pelo incentivo de uma cultura conservadora ao nível da construção das carteiras e pelo respetivo controlo de risco, optando por instrumentos financeiros líquidos e cotados, em detrimento de produtos complexos de elevadas comissões, ativos ilíquidos e empresas de dimensão residual.

O alinhamento da Sixty Degrees com os interesses dos seus Clientes é tão importante que são os próprios sócios a avocar a gestão dos fundos, assumindo desde logo uma responsabilidade acrescida.

A gestão dos Fundos é efetuada tendo como prioridade a escolha correta das classes de ativos a investir. Essa escolha tem de ser feita a cada momento, dada a flutuabilidade do mercado. Esta abordagem é justificada por o retorno de uma carteira ser, maioritariamente, explicável pelas decisões de *asset allocation* e não pela escolha individual dos ativos financeiros, as métricas de risco, que permitem uma construção equilibrada e informada da carteira, são mais estáveis considerando classes de ativos e os riscos fora da seleção das classes ficarem largamente mitigados.

A Sixty Degrees acredita que a responsabilidade pelo incremento ou redução da exposição do Cliente a cada classe e tipo de ativos (dinâmica do *asset allocation*), deve ser da competência e da iniciativa de uma equipa de gestão profissional, permitindo deste modo uma gestão eficaz e efetiva do património que lhe foi confiado.

Em 1 de outubro de 2019, a Sixty Degrees lançou o seu primeiro OICVM denominado Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível. Já em 2021, foram lançados mais dois fundos, o Sixty Degrees Flexible Allocation e o Sixty Degrees Ações Portugal que vieram alargar a oferta da Sociedade. No final do ano, os ativos totais sob gestão atingiam os 10,3 milhões de euros.

Enquadramento Económico e de Mercado

3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

3.1. Conjuntura Económica e Financeira

O ano 2021 voltou a ser marcado por várias vagas da pandemia e também pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais que restringiram o crescimento da atividade e do comércio mundial no curto prazo. Contudo, a recuperação recente nas economias avançadas beneficiou dos progressos na vacinação e do aumento da confiança.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na revisão de janeiro do 2022 do *World Economic Outlook*, constatou que, desde a publicação das suas anteriores estimativas em outubro 2021, alguns desenvolvimentos adversos trouxeram a economia global para uma posição mais fragilizada. Em primeiro lugar, no final de 2021, a rápida propagação da variante Omicron levou à reintrodução de restrições à mobilidade em vários países e a uma maior volatilidade nos mercados financeiros. No quarto trimestre do ano passado, as disrupções ao nível das cadeias de abastecimento permaneceram agudas, prejudicando a manufatura global, especialmente na Europa e nos EUA. A inflação revelou-se mais elevada e persistente do que o anteriormente previsto, com especial enfoque na evolução dos preços nos EUA e nalguns mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Na China, na segunda metade de 2021, as disrupções causadas pelos surtos de Covid, as interrupções da produção industrial devido à falta de eletricidade, bem como a contração em curso no setor imobiliário contribuíram para um abrandamento mais forte do que o esperado.

Uma nota especial para a inflação que continuou a subir no segundo semestre de 2021, impulsionada por diversos fatores, que assumiram um peso variável consoante as regiões em questão.

Na Europa, a subida da inflação foi maioritariamente explicada pela subida dos custos da energia. Já a subida dos preços dos alimentos foi a principal causa de inflação na África Subsariana. Nos EUA, destaque para as disrupções das cadeias de abastecimento e maior procura por bens versus serviços. Por seu lado, na América Latina, os preços superiores dos produtos importados contribuíram para o disparo da inflação.

Os mercados de ações registaram mais um ano positivo, com o S&P500, nos Estados Unidos, a registar um ganho de 26,9% (excluindo dividendos) e o índice Stoxx 600, na Europa, a registar uma perda de 22.3% (excluindo dividendos), refletindo a recuperação económica esperada.

Os investidores em obrigações terminaram o ano com algumas perdas nas suas carteiras, como esperado por causa das expectativas de subidas de taxas de juro como forma de contenção da subida da taxa de inflação pelos diversos bancos centrais. Em 2021, as taxas de juro a 10 anos, nos Estados Unidos, subiram durante o ano 60 pontos base atingindo 1,51% no final de dezembro. Na Europa, as *yields* das obrigações alemãs a 10 anos fecharam o ano em -0,17% quando em janeiro transacionavam a -0,60%.

Ao longo do último ano, as tensões geopolíticas entre as maiores potências mundiais têm vindo a tornar-se mais notórias. A principal situação que tem captado a maioria das atenções internacionais é a escalada de forças russas junto à fronteira ucraniana. Para reduzir a probabilidade deste conflito, a Rússia tem procurado um compromisso firme dos EUA no sentido de impedir que a NATO se estenda para Este e que a Ucrânia adira ao Tratado do Atlântico Norte, deixando o território ucraniano com um estatuto que impeça o posicionamento de armamento de longo alcance capaz de ameaçar o território russo. Esta incerteza quanto à Ucrânia tem levado à redução do fornecimento de gás natural russo à Europa, deixando bem clara a frágil situação energética desta região, bem como a dificuldade em fazer face à posição russa que pretende impedir o avanço atrás mencionado.

A segunda questão geopolítica com relevância a nível mundial, prende-se com a tensão entre os EUA e a China, nomeadamente com o extremar das demonstrações militares e a retórica territorial em torno de Taiwan. A China mantém-se ainda ativa na realização de acordos de cooperação internacional com a Rússia e outros países asiáticos na sua esfera de influência geográfica.

Este enquadramento configura um ambiente que se espera propício ao investimento em matérias-primas agrícolas, fertilizantes, petróleo, gás natural e até metais preciosos que deverão beneficiar da subida generalizada da inflação, do efeito percecionado da sua maior escassez e do aumento do apetite dos investidores por ativos físicos/privados. Neste ambiente, também o imobiliário, arte, coleções, vinho e todo o género de ativos reais podem vir a ter um desempenho favorável, por serem bens únicos, finitos ou de difícil substituição.

3.2. Mercado dos Organismos de Investimento Coletivo

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos ativos geridos ascendeu a 19.849 milhões de euros, o que reflete um crescimento de 35,8% no ano.



A quota de mercado de fundos de investimento mobiliário, em 2021, ficou repartida conforme se ilustra na figura acima.

No que respeita à evolução de ativos sob gestão por categoria, os fundos Multi-Ativos, apesar de verem reduzida a sua quota de mercado de 33,1% para 23,1%, mantêm a preferência dos investidores. Note-se o interesse dos investidores para os fundos em formato PPR que consolidaram o 2º lugar com uma quota de mercado de 21,6%.



3.2.1. O Mercado de Planos Poupança Reforma em 2021

Em 2021, a preferência dos investidores por fundos em formato PPR, voltou a manifestar-se de forma positiva tendo esta categoria recolhido o maior saldo líquido de subscrições e de resgates, captando um valor de 1,2 mil milhões de euros. Os PPR's sob a forma de fundos de investimento atingiram os 4.294,6 milhões de euros, no final de 2021, representando um crescimento de 39,9% face ao ano anterior.

3.3. Alterações Regulamentares

O ano de 2021 foi um ano com várias alterações legislativas merecendo destaque as atualizações relativas à integração dos fatores, dos riscos e das preferências de sustentabilidade em determinados requisitos em matéria de organização e nas condições de exercício da atividade das empresas de investimento, bem como à integração dos fatores de sustentabilidade nas obrigações de governação de produtos.

Legislação Nacional

A nível de nacional merece destaque:

- A Lei 99-A/2021, de 31 de dezembro - Alteração ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa. No que diz respeito às alterações ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo destaca-se para as entidades gestoras de OICVM a aplicação das regras estabelecidas no Código de Valores Mobiliários relativas à Política de Envolvimento (artº 26º- I) e Transparência dos gestores de carteiras (artº 26º-K).
- A Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro que aprova medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, entre as quais o Código das Sociedades Comerciais.
- O Decreto-Lei n.º 109-f/2021, de 9 de dezembro que procedeu à décima alteração ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (aprovado em anexo à Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro). O diploma acompanha as novidades legislativas da União Europeia relativas aos objetivos de natureza ambiental, social e de governo (ESG), nomeadamente quanto à divulgação de informação sobre a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, promovendo a sua aplicação aos OICVM, devendo os riscos e fatores de sustentabilidade passar a ser integrados e ponderados pelas entidades gestoras de OICVM na sua atividade, passando estas a estar sujeitas a novas regras gerais de conduta e a ter de dispor de recursos e de capacidade técnica necessária para a integração efetiva dos critérios de sustentabilidade. Foram ainda aprovadas novas regras sobre: • o regime de pré-comercialização; • o regime da comercialização e cessação de comercialização de

OICVM e definição dos meios de comercialização aplicáveis; • a densificação do regime da disponibilização de infraestruturas nos Estados-Membros em que é efetuada a comercialização; • o regime de tratamento de situações de incumprimento de requisitos prudenciais por parte de entidades gestoras.

- O Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, veio introduzir alterações ao regime dos Golden Visa, com impacto na área dos OICVM, entre os quais o requisito da transferência de capitais destinados à aquisição de unidades de participação em fundos de investimento ou fundos de capitais de risco vocacionados para a capitalização de empresas, que sejam constituídos ao abrigo da legislação portuguesa, cuja maturidade, no momento do investimento, seja de, pelo menos, cinco anos e, pelo menos, 60% do valor dos investimentos seja concretizado em sociedades comerciais sediadas em território nacional, passa de 350 000 EUR para 500 000 EUR

Legislação europeia

• **Diretiva Delegada (UE) 2021/1270 da Comissão de 21 de abril de 2021 que altera a Diretiva 2010/43/UE** no que respeita aos riscos de sustentabilidade e aos fatores de sustentabilidade a ter em conta por parte dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM).

Regulamento de Execução (UE) 2021/955 da Comissão de 27 de maio de 2021 que estabelece as normas técnicas de execução para a aplicação do Regulamento (UE) 2019/1156 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos formulários, modelos, procedimentos e disposições técnicas para as publicações e notificações de regras, taxas e encargos de comercialização e que especifica as informações a comunicar para a criação e manutenção da base de dados central sobre a comercialização transfronteiriça de FIA e de OICVM, bem como os formulários, modelos e procedimentos para a comunicação das referidas informações.

Perspetivas regulatórias para 2022

- Face ao referido, o ano de 2022 será marcado pela entrada em vigor de diplomas legais com impacto na atividade das sociedades gestoras de organismos de investimento coletivo, decorrentes sobretudo das exigências emanadas da SFDR e nomeadamente o **Regulamento da Taxonomia, partir de 1 de janeiro de 2022** as entidades gestoras são obrigadas a divulgar informação sobre a forma e em que medida os OIC por elas geridos estão alinhados com os objetivos da taxonomia ambiental relativos à mitigação e à adaptação às alterações climáticas. As entidades gestoras, têm de proceder à alteração da informação pré-contratual de todos OIC por si geridos, por forma a refletir a informação exigida pelo referido Regulamento da Taxonomia. Adicionalmente, tendo presente o Regulamento relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (conhecido pela sigla SFDR), a partir de 1 de agosto de 2022 são aplicáveis as novas normas respeitantes aos riscos e fatores de sustentabilidade a ter em conta pelas entidades gestoras de OICVM e à integração dos fatores, dos riscos e das preferências de sustentabilidade em determinados requisitos em matéria de organização por parte das entidades gestoras de fundos de investimento alternativos
- **O novo projeto do Regime da Gestão de ativos** que visa regular de forma integrada o regime aplicável à gestão de ativos, unificando a transposição da disciplina decorrente da Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 7 2009, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (Diretiva UCITS) e da Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011, relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (Diretiva AIFMD). Propõe-se distinguir o regime aplicável a sociedades gestoras de grande e de pequena dimensão (cf. artigo 7.º do RGA) consoante giram ativos que se encontrem acima ou abaixo dos montantes estabelecidos no artigo 7.º/1 7. do RGA (em linha com os previstos no artigo 3.º/2 da Diretiva AIFMD). "Esta distinção considera os diferentes riscos inerentes às atividades das sociedades gestoras de grande e de pequena dimensão, refletindo-os na maior ou menor exigência do regime aplicável segundo critérios de proporcionalidade. Permite-se, deste modo, que as SGOIC possam também beneficiar de um regime proporcional, eliminando-se o goldplating existente neste âmbito com o consequente fomento da competitividade e atratividade do mercado nacional"
- **As orientações emitidas pela ESMA sobre modelos de comissões de desempenho** utilizados pelas entidades responsáveis pela gestão respeitarem os princípios de atuação com honestidade e equidade no exercício das suas atividades e de atuação com a devida competência, cuidado e diligência, no interesse do organismo que gerem, evitando que sejam cobrados custos

indevidos ao organismo e respetivos participantes. Estabelecem um regime comum em relação à divulgação de comissões de desempenho aos participantes. Para os OIC que previam, à data da publicação das referidas Orientações, uma comissão de desempenho, estas são aplicáveis a 1 de janeiro de 2022, pelo que deverão as respetivas entidades gestoras proceder às alterações nos documentos constitutivos dos OIC em conformidade.

3.4. Cenário Macroeconómico Base - 2022

Nota Prévia

As perspetivas que adiante se apresentam refletem o conhecimento à data de 31 de dezembro de 2021.

As perspetivas económicas para 2022 deverão continuar muito condicionadas pela evolução da pandemia de covid-19, no sentido em que o surgimento de novos surtos de infeção que levem à introdução de maior grau de restrições, poderá continuar a prejudicar, de alguma forma, a recuperação económica.

As perspetivas económicas para 2022 deverão continuar muito condicionadas pela evolução da pandemia de covid-19, no sentido em que o surgimento de novos surtos de infeção que levem à introdução de maior grau de restrições, poderá continuar a prejudicar, de alguma forma, a recuperação económica. Contudo, apesar dos efeitos de longo prazo da pandemia ainda estarem a desenvolver-se, a fase mais difícil parece já ter passado. Os comentários das autoridades sanitárias e dos mais variados governos continuam muito cautelosos, mas os mercados financeiros estão mais preocupados em ouvir os médicos no terreno que rapidamente sugeriram que a Omicron era mais infeciosa, mas menos letal. O prolongamento da crise de saúde pública poderá adiar a resolução dos desequilíbrios entre oferta e procura, com implicações negativas sobre a evolução futura da atividade a nível global.

Em 2022, é expectável que a imunidade global aumente em resultado do avanço dos programas de vacinação e em especial pela contração da própria doença. Infelizmente, até ao momento, as vacinas ainda não trouxeram a tão desejada acalmia uma vez que não impedem a infeção ou a transmissão, a sua duração é limitada e são necessários novos reforços. No entanto, a curto prazo e apesar de muitas personalidades influentes insistirem em criar ansiedade e medo, a Covid-19 deverá tornar-se numa doença endémica e sazonal, à semelhança da gripe e de outros coronavírus existentes. No entanto, em função do forte envolvimento político numa questão puramente sanitária, o caminho a percorrer, até se atingir a fase endémica, adivinha-se longo. Pela positiva, espera-se uma contínua melhoria no avanço científico, quer ao nível das vacinas quer dos tratamentos disponíveis, sendo expectável o surgimento de novas soluções terapêuticas ao longo do tempo.

A maior ameaça ao nível da pandemia, para 2022, será o surgimento de novas variantes que desafiem seriamente a imunidade oferecida pelas vacinas existentes, que aumentem a pressão sobre os debilitados sistemas de saúde e que levem os diversos governos a renovar os confinamentos e as restrições à liberdade dos cidadãos. Neste cenário mais pessimista, a probabilidade duma recessão não pode ser afastada, mas tal situação também levará os Bancos Centrais a aumentar a sua dose de auxílios.

Tensão Geopolítica:

Ao longo do último ano, as tensões geopolíticas entre as maiores potências mundiais têm vindo a tornar-se mais notórias. A principal situação que tem captado a maioria das atenções internacionais, prende-se com a tensão entre os EUA e a China, nomeadamente com o extremar das demonstrações militares e a retórica territorial em torno de Taiwan. A China mantém-se ativa na realização de acordos de cooperação internacional com a Rússia e outros países asiáticos na sua esfera de influência geográfica. No capítulo económico, apesar da "Guerra Comercial" iniciada pelo presidente Trump, estar oficialmente em pausa, o gabinete do presidente Biden tem mantido os protestos devido à subsidiação de setores como o aço, as células fotovoltaicas e os semicondutores. De referir também a questão da listagem de empresas chinesas nas bolsas americanas. Numa primeira fase, as autoridades dos EUA pediram mais informações sobre as empresas chinesas cotadas nos diversos mercados norte-americanos. Mais recentemente, a China manifestou a intenção de alterar a lei que permite às suas empresas de base tecnológica pedirem admissão à cotação nos EUA, em favor do mercado de Hong Kong, que passaria assim a ser o principal ponto de acesso ao mercado de capitais internacional.

A segunda questão geopolítica com relevância a nível mundial, é a presumível escalada de forças russas junto à fronteira ucraniana. Para reduzir a probabilidade deste conflito, a Rússia tem procurado um compromisso firme dos EUA no sentido de impedir que a NATO se estenda para Este e que a Ucrânia adira ao Tratado do Atlântico

Norte, deixando o território ucraniano com um estatuto que impeça o posicionamento de armamento de longo alcance capaz de ameaçar o território russo. Esta incerteza quanto à Ucrânia tem levado à redução do fornecimento de gás natural russo à Europa, deixando bem clara a frágil situação energética desta região, bem como a dificuldade em fazer face à posição russa que pretende impedir o avanço atrás mencionado.

Inflação:

Apesar da implementação de políticas monetárias expansionistas ao longo da última década por parte dos Bancos Centrais das principais economias desenvolvidas – EUA (exceto durante o período de 2016 a 2019), Zona Euro e Reino Unido – só recentemente voltámos a assistir ao aumento não transitório da taxa de inflação, em resultado dos efeitos provocados pelas medidas de contenção da pandemia de Covid-19 e numa altura aparentemente improvável por ter sido antecedida por um período de forte contração económica. A título de exemplo, as principais variações no Índice de Preços no Consumidor (YOY em novembro 2021) foram: EUA - 6,8%, Zona Euro - 4,9%, Reino Unido - 5,1%.

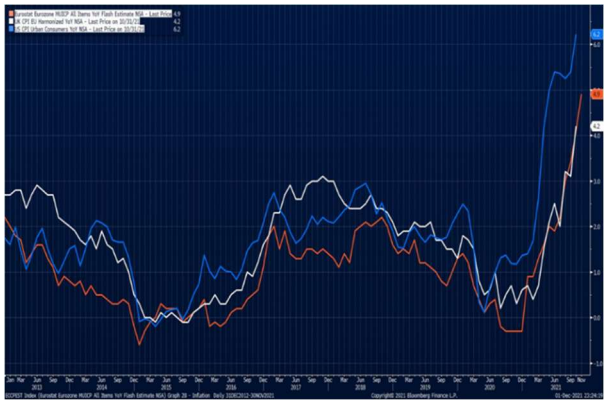
Evolução dos ativos no balanço dos Bancos Centrais da Zona Euro (€ milhares de milhões), EUA ($ biliões) e Japão (JPY mil milhões)



Fonte: Bloomberg

Contudo, é nossa convicção que o aumento recente da taxa de inflação não tem como principal causa as políticas monetárias expansionistas, levadas a cabo pelos diversos Banco Centrais desde o final da primeira década do século XXI, mas sim uma combinação entre a alteração dos fluxos de capitais internacionais **(inflação dos ativos)** e a escassez generalizada de produtos **(inflação pela procura**), resultante dos bloqueios provocados pela medidas de combate à Covid-19, que interromperam as cadeias de produção e de logística, muito condicionadas pela gestão denominada Just-In-Time que leva as empresas a reduzirem os seus stocks ao mínimo indispensável. Por outro lado, a permanência dos programas de compras de ativos, maioritariamente de títulos de dívida pública, pelos Bancos Centrais das principais economias, acabou por trazer as taxas de juro das obrigações para níveis perto de 0%, eliminando assim o papel de equilíbrio desta categoria e levando os investidores a preferir o investimento noutras classes de ativos, onde se têm destacado as ações e o setor imobiliário **(inflação dos ativos).**

Evolução das Taxas de inflação - Zona Euro, Reino Unido e Estados Unidos da América



Fonte: Bloomberg

Para 2022, apesar do aumento significativo da taxa de vacinação nos países desenvolvidos quando comparada com o final de 2020, verifica-se que o surgimento de novas variantes, como é o caso da Omicron, poderá continuar a ser enfrentado com mais restrições ao bom funcionamento das economias, o que agravaria os referidos bloqueios nas cadeias de produção, de logística e de consumo. É neste cenário que o nível geral de preços ainda deverá permanecer elevado, perdendo a sua classificação de "transitório" para assumir uma figura mais "permanente".

À medida que o atual surto inflacionista se prolonga, maior é a probabilidade das expetativas sobre o nível geral de preços deixem de estar ancoradas e que passem a fazer parte estrutural da situação económica. É provável que mesmo com a normalização das cadeias logísticas, com o aumento da mobilidade do fator trabalho e com o abrandamento dos preços da energia, a inflação se torne endémica em resultado duma espiral ascendente nos custos laborais. Antecipamos que, em 2022, a inflação se possa manter teimosamente elevada, quando comparada com a tendência das duas últimas décadas, mas deverá sofrer alguma moderação à medida que os estímulos forem retirados e as cadeias de distribuição melhorarem a sua situação. Neste sentido, temos vindo a observar o aumento das preocupações da Reserva Federal norte-americana, após ter protelado por

demasiado tempo a redução dos programas de compras de ativos e a subida das taxas de juro diretoras. Teme-se que a Fed seja forçada a atuar mais rapidamente do que o desejado e com maior impacto do que o esperado, correndo o risco de causar grande volatilidade nos mercados e na economia em ano de eleições. No entanto, não deixa de ser estranha a atitude complacente que o mercado tem adotado, com especial destaque para a desvalorização do dólar (usd), à luz das hipóteses de mais acelerado tapering e de 3 subidas nas taxas de juro de curto prazo. Neste sentido, a janela de oportunidade da Fed para executar a mencionada normalização é ainda mais curta do que o esperado, provavelmente apenas no 1S22, mas será necessária coragem para que os seus dirigentes mantenham o rumo caso os mercados não respondam da forma mais positiva.

Crise Alimentar:

Um dos principais motivos para a persistência em alta do nível geral de preços, ao longo do último ano, tem estado ligado à forte subida do custo dos bens alimentares. O Índice de Preços dos Alimentos da FAO (Food and Agriculture Organization das Nações Unidas) registou uma subida superior a 27% (yoy) desde novembro de 2020, o que o coloca no nível mais alto desde junho de 2011, em termos nominais, e desde 1975 em termos reais. No final de novembro de 2021, assistimos a aumentos anuais de 23,3% no preço dos cereais, 51,4% nos óleos vegetais, 19,1% nos produtos lácteos, 17,7% nos preços da carne e 37,9% no açúcar.



Fonte: Food and Agriculture Organization

Vários fatores têm contribuído para o adensar da provável "crise alimentar" resultante da redução do abastecimento de bens alimentares um pouco por todo o globo, a saber:

As medidas de confinamento e as restrições à livre circulação de pessoas afetaram tanto a logística de abastecimento agroalimentar como a contratação de trabalhadores temporários durante a época das colheitas;

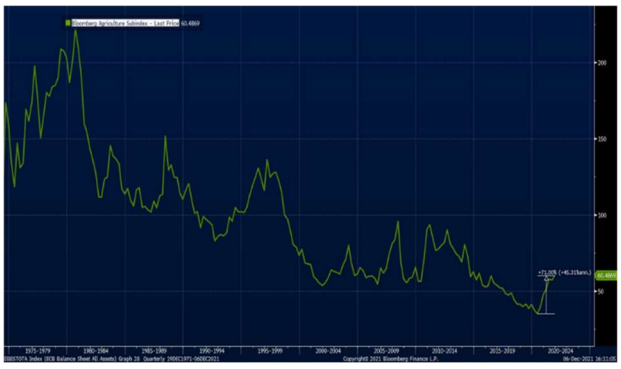
As medidas de combate às alterações climáticas têm insistido na redução da utilização de adubos e fertilizantes químicos que permitem um crescimento mais rápido das plantações;

O preço do etanol e de outras matérias orgânicas de origem vegetal – biomassa – tem aumentado com a crescente procura por energias renováveis.

A falta de alternativa à utilização de glifosato, um herbicida amplamente utilizado pelos agricultores chineses e que serve para controlar o crescimento de ervas daninhas, mas cuja toxicidade e segurança ambiental têm sido questionadas.

Ainda assim, numa perspetiva histórica, apesar de já ter valorizado 71% desde o seu valor mínimo em junho 2020, o Bloomberg Agriculture Subindex, que agrega a evolução das cotações no mercado internacional do café, milho, algodão, feijão, óleo de soja, açúcar e trigo, ainda se encontra muito longe dos níveis máximos transacionados ao longo dos últimos 50 anos.

Bloomberg Agriculture Subindex



Fonte: Bloomberg

Crise Energética:

O incremento dos preços da energia está na ordem do dia sendo inegável a sua contribuição para a subida recente da inflação. Nos últimos anos, especialmente na Europa, temos vindo a assistir ao acentuar da pressão para a substituição das fontes de energia fóssil por alternativas renováveis e gás natural, no seguimento do fortalecimento dos diversos movimentos ambientais. O fenómeno ESG (Environmental, Social and Governance),

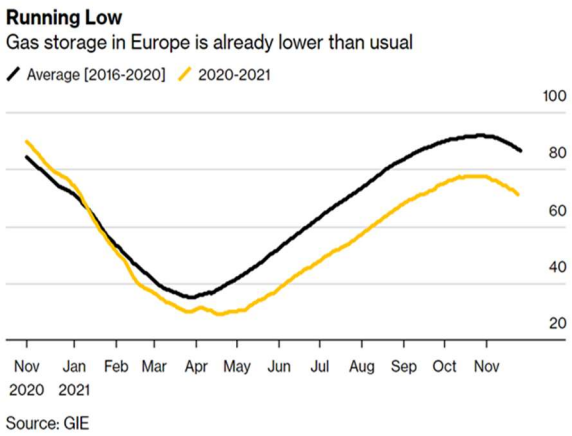
em torno do investimento, tem "empurrado" os fluxos de capitais para estas alternativas energéticas ao ponto das próprias empresas exploradoras de petróleo terem começado já a alterar o seu mix de produção energética, através do favorecimento de fortes investimentos em energias renováveis.

A evolução recente desta situação na Europa parece mostrar que, apesar de inevitável, a descarbonização da economia global é improvável que seja feita de forma suave. Note-se as dificuldades criadas pelo novo governo alemão, com a maior participação de sempre do Partido do Verdes, em torno da própria utilização do gás natural, fonte energética critica para fazer a ponte entre o fecho das centrais a carvão e a tão desejada energia "limpa". Esta situação tornou-se ainda mais complicada em virtude da oposição dos Verdes à produção de energia nuclear, o que já resultou no fecho de 3 centrais em 2021 e deverá levar ao encerramento das últimas 3 no corrente ano. Contudo, a Comissão Europeia já fez saber que a transição energética para as fontes renováveis não será possível sem o recurso à energia nuclear, até porque a UE necessita duplicar a sua capacidade de geração elétrica nos próximos 30 anos. Neste sentido, aprovou recentemente um plano para considerar como "verde" parte da geração elétrica proveniente do gás natural e do nuclear, com o objetivo de dar previsibilidade às empresas e famílias quanto à disponibilidade e custo do fornecimento elétrico da região.

Após o impacto pandémico inicial que afetou as cadeias de produção e logística, criando enormes oscilações nos volumes de energia consumidos, o normalizar da atividade económica, em especial ao nível do consumo, tem vindo a criar estrangulamentos na capacidade de oferta de recursos energéticos para consumo imediato. Estas restrições têm sido especialmente penalizadoras para a Zona Euro, forte importadora de gás natural, cuja retoma económica pós-covid veio aumentar drasticamente esta fonte energética. Se, por um lado, as restrições ao fornecimento de gás russo, através dos pipelines que abastecem a Europa, não permitiram responder ao aumento da procura de eletricidade. O novo governo alemão suspendeu a certificação do Nord Stream 2em novembro passado e tal situação poderá prolongar-se até julho de 2022. Como consequência, os preços da energia na Zona Euro têm vindo a oscilar fortemente, refletindo também a incapacidade das energias renováveis em oferecer uma alternativa credível às atuais fontes. Os preços mais elevados têm sido aproveitados por operadores de navios transportadores de LNG através da alteração das rotas das suas frotas na direção da Europa e em detrimento do continente asiático. A forte redução na produção de energia eólica da região, por decréscimo na quantidade de vento, apenas agravou um quadro já de si preocupante, em especial pela total dependência da mãe natureza agora que entrámos no inverno.

De realçar também que, devido à falta de alternativas de armazenamento, a inconstante produção de energias renováveis tem de ser imediatamente consumida o que impede a estabilização dos respetivos preços. Por seu lado, o consumo energético via gás natural necessita de fortes melhorias ao nível da eficiência de transporte. No entanto, a construção de pipelines que atravessem vários países tem inúmeros problemas geopolíticos, como se pode ver pelo tempo que tem demorado a entrada em produção do pipeline NordStream 2, cujo objetivo é transportar gás da Rússia para a Europa. Nos EUA, o gás natural também já corresponde a cerca de 30% da produção de eletricidade, limitando assim a capacidade exportadora norte-americana. De facto, os EUA começaram a restringir a sua oferta com o objetivo da prudente constituição de stocks para consumo interno. A complicar a situação, o maior produtor de gás natural liquefeito do mundo, o Qatar, anunciou em outubro que a sua capacidade de produção se encontrava no nível máximo disponível. Com o Inverno ainda no início e com os preços a níveis elevados em praticamente todas as geografias (na Europa já atingiu o equivalente a 180 dólares por barril), facilmente poderemos assistir ao agravamento da situação.

Por seu lado, as alternativas "limpas" à produção de energia, como é o caso do nuclear, demoram muito tempo a concretizar e mesmo para os países que dispõem de centrais já em funcionamento, como é o caso de França, o adiamento de manutenções previstas, devido à pandemia, tem limitado a capacidade dessas mesmas centrais para aumentar os atuais níveis de produção.



O movimento no sentido das renováveis deverá ser bem delineado, cauteloso e desapaixonado, com o objetivo de evitar disrupções catastróficas ao normal fornecimento energético e subidas repentinas dos preços, com consequência gravosa sobre a procura. É por isso expectável que alguns combustíveis fósseis e o nuclear continuem a ser vistos como críticos no mix energético da próxima década.

O despertar das "Central Banks Digital Currencies" (CBDC's)

Atualmente, a larga maioria das transações à volta do globo são realizadas na forma digital, pelo que a conversão de papel-moeda em criptomoedas não irá alterar dramaticamente a economia mundial. É neste sentido que se tem vindo a falar da utilização dum protocolo digital, tipo XRP da Ripple, que permita a liquidação instantânea de transações a nível global, entre pares de moedas, utilizando a tecnologia de comunicações 5G. Este sistema permitiria, por exemplo, a transação de commodities numa moeda diferente do dólar norte-americano. Em 2018, a então presidente do FMI falava abertamente no término do papel-moeda e do nascimento de uma nova era de moedas digitais ("Winds of Change: The case for New Digital Currencies" 14/11/2018), deixando em aberto a vontade do FMI em conseguir que os seus SDR's (IMF Coin) substituíssem o dólar americano enquanto moeda de reserva mundial (na forma de uma criptomoeda). No entanto, qualquer tentativa de substituição do dólar norte-americano, enquanto moeda de reserva, por uma criptomoeda emitida por uma qualquer entidade supranacional, parece ser de elevado grau de dificuldade uma vez que implicaria que os EUA abdicassem do seu poder militar, da sua capital financeira mundial e, pela primeira vez na sua História, permitissem o cancelamento das suas notas e moedas. Na realidade, tudo estará dependente da introdução quer de restrições à sua utilização, quer de controlos de capitais, situações possíveis, mas ainda fora do seu tempo.

Do lado privado, a Bitcoin passou a efetuar os registos das suas transações desde 2009. As "promessas" de que se tornaria uma reserva de valor, por estar fora do controle dos Bancos Centrais (BC's) e pelo crescimento controlado da sua oferta, não se têm materializado em função das enormes variações que o seu preço apresenta diariamente e do facto dos governos poderem, em qualquer momento e a pretexto do branqueamento de capitais, impedir que as empresas privadas aceitem pagamentos nesta "moeda". Todo este movimento em torno das criptomoedas parece mais ter sido encaminhado para a criação, junto dos agentes económicos, de familiaridade e aceitação na sua utilização. A ser verdade, não será de estranhar que as criptomoedas privadas possam vir a ser trocadas de forma mais ou menos coerciva pelas suas concorrentes oficiais a preços que serão determinados de forma administrativa pelos diversos governos.

As criptomoedas privadas têm vindo a ser alvo de maior escrutínio por parte dos governos em virtude da sua capacidade para facilitar a fuga de capitais. No caso chinês, tem existido um esforço permanente das autoridades para controlar as tentativas de utilização das criptomoedas com objetivos de branqueamento de capitais. Nos EUA, a Securities and Exchange Commission (SEC) quer passar a ter poder regulatório sobre as criptomoedas citando como principal objetivo a proteção dos investidores, ao mesmo tempo que já se iniciaram discussões sérias para equiparar as plataformas destas moedas a bancos comerciais, o que as obrigaria a cumprir a regulamentação bancária nomeadamente no que toca à declaração ao IRS de todas as transações acima de $3000 (valor que a Administração Biden gostaria de ver reduzido para $600). No Reino Unido, o Banco Central veio avisar quanto à possibilidade de colapso das criptomoedas privadas que ameaçaria a estabilidade do sistema monetário, apelando à introdução de regulação apertada sobre este segmento alternativo do mercado em rápida expansão. Ao mesmo tempo, o mundo das criptomoedas privadas só agora começa a tomar consciência do regulador global para o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (FATF – Financial Action Task Force) e a sua influência crescente sobre os mercados globais e os fluxos de capitais internacionais.

Os Bancos Centrais (BC's) querem lançar as suas criptomoedas (CBDC's) não só com o objetivo de reduzir o branqueamento de capitais e a economia paralela, mas também para assegurarem a total cobrança dos impostos e taxas que os diversos governos venham a lançar. Segundo o General Manager do Bank for International Settlements (BIS), Augustin Carstens, o principal objetivo das CBDC's é o total controlo da economia e da oferta de moeda, potencialmente até ao ponto de controlar aquilo que os agentes económicos podem ou não comprar. Este ponto pode ser verificado no pedido que o Banco de Inglaterra fez ao Parlamento britânico, em 21/6/21, no sentido de obter mais poder para controlar o que se pode comprar ou vender com uma moeda digital. Segundo o BCE e a Fed, as suas criptomoedas deverão ser acessíveis, robustas, seguras e eficientes, mas ao mesmo tempo deverão permitir que os BC's aceitem depósitos diretamente de entidades não-bancárias, contornando assim o atual sistema

bancário. Contudo, existem ainda dúvidas conceptuais quanto a serem "account-based", onde existirão contas junto dos bancos centrais, ou "token-based", onde cada banco receberá um token que poderá ser transferido através duma app.

Neste sentido, ficam dúvidas sobre as necessidades futuras de emissão de divida governamental e sobre a possibilidade de voltarmos a ver novos bailouts na banca. Por outro lado, as CBDC's continuarão a ser moeda fiat, criadas por BC's sem qualquer ativo a servir de garantia, sendo muito difícil de identificar quais os problemas económicos específicos que estas criptomoedas permitem atualmente resolver, para além da capacidade de cobrança de impostos e de imposição de taxas de juro negativas sobre os depósitos.

Conflitos sociais

Segundo o Carnegie Global Index, o número de protestos antigovernamentais relevantes atingiu o seu valor mais elevado em 2021, registando mais de 238 protestos dispersos por mais de 100 países à volta do planeta. Destes, mais de 25 foram diretamente relacionados com a pandemia de Covid-19, em particular com as consequências da resposta política ao problema sanitário e à imposição de confinamentos. Estas medidas políticas têm levado ao incremento da contestação social em função da (i) má gestão governamental da crise, (ii) obrigatoriedade do uso de máscara e uso de certificados de vacinação, (iii) perceção de que os líderes políticos têm vindo a usar as restrições para "esmagar" as vozes dissidentes e (iv) destruição do regular funcionamento das economias.

Existem inúmeros exemplos desta contestação e por razões bem díspares. No Brasil, os protestos têm sido maioritariamente dirigidos à contestação das linhas de orientação do Governo Bolsonaro no que toca ao tratamento da pandemia. Já no Malawi, as restrições impostas têm causado uma forte redução da atividade económica, sendo alvo de enorme contestação.

Por outro lado, a vacinação não trouxe a desejada acalmia, já que muitos governos continuam a implementar medidas draconianas sempre que um surto ou uma nova variante do vírus aparece no horizonte.

A devastação económica e social resultante das políticas até agora prosseguidas no combate ao Covid-19 só tem aumentado a inquietação dos cidadãos de muitos países, em especial à medida que se apercebem das enormes dificuldades para a resolução cabal dos problemas de vária ordem que enfrentam. A agravar esta situação, os consumidores têm vindo a confrontar-se com a subida do preço dos bens alimentares em resultado dos constrangimentos causados pela pandemia, quer a nível das cadeias de oferta quer da disponibilidade do fator trabalho. A menor oferta de produtos alimentares e a consequente subida do seu preço poderá dar origem a novas ondas de contestação social, um pouco à imagem do que já se verificou com a Primavera Árabe.

Economias

EUA

O surto de Omicron deverá colocar alguma pressão sobre o crescimento económico na primeira metade do ano, com especial enfoque sobre o setor dos serviços em função do aumento do número de infeções. Contudo, esta redução na atividade deverá ser bem menos severa do que a situação vivida no Verão de 2021 quando a variante delta era a estirpe dominante. Por outro lado, para além das vacinas, foram já aprovados pela FDA dois novos medicamentos que poderão ajudar a reduzir internamentos e mortes em larga escala.

Neste sentido, é possível que no início da primavera com incrementos sólidos no nível de emprego e nos salários/hora, a par da estabilização do nível geral de preços, o rendimento disponível das famílias apresente uma subida robusta. Se a isto adicionarmos a utilização de parte do excesso de poupança, é provável que o consumo privado possa crescer em torno dos 4,5% em 2022. Adicionalmente, se os constrangimentos às cadeias de distribuição forem sendo resolvidos, o crescimento do PIB poderá ser ainda robusto, em especial se assistirmos ao reforço do nível de stocks e dos gastos de capital privado.

A taxa de desemprego deverá voltar rapidamente para os níveis pré-pandemia criando condições para que a atuação da Reserva Federal se foque no combate à inflação. Já no que toca ao nível geral de preços, é expectável que continuemos a assistir à subida do indicador "core" que poderá atingir os 7% no final do 1T22, em resultado das fortes subidas das rendas, dos preços dos veículos usados e das tarifas de aviação. Esta situação poderá complicar a atuação da Fed, no sentido em que poderá aumentar as expetativas de inflação que, por sua vez, poderão originar a subida dos custos salariais. Para que a inflação acalme sustentadamente é necessário que, em 2022, o crescimento dos salários não seja superior a 5%, que os acréscimos de produtividade superem os 1,2% (média do último ciclo económico) e que os problemas nas cadeias logísticas sejam minimizados. Caso isto se verifique, a tarefa da Fed será facilitada, permitindo manter a sua história de normalização da política monetária sem causar grandes solavancos nos mercados financeiros.

Por último, o ambiente político para 2022 deverá ser menos benigno do que o de 2021. Com eleições intercalares marcadas para novembro, o Presidente Biden e os democratas enfrentam sondagens pouco favoráveis que poderão levá-los à perda de ambas as câmaras em resultado da insatisfação dos eleitores com a direção da economia e do nível geral de preços.

Zona EURO

A economia da Zona Euro tem vindo a desacelerar ao longo do último trimestre de 2021, após dois trimestres de forte recuperação em resultado da reabertura das suas economias durante o 2T21. Mesmo assim, o crescimento do PIB de 2021 deverá ser superior a 5% mas não o suficiente para recuperar totalmente os 6,5& perdidos em 2020. A fragilidade atrás mencionada deverá prolongar-se pelo 1T22, em função das restrições implementadas pelos governos da região para "combate" à Omicron, que na realidade apenas agravaram as já existentes no 4T21 para prevenção da variante Delta. À medida que estes problemas tiverem solução, a expetativa é de melhoria na taxa de crescimento, mas não antecipemos que 2022 ultrapasse os 4%, apesar das dúvidas ainda existentes quanto à verdadeira capacidade de implementação do Fundo de Recuperação e os seus efeitos sobre a atividade económica da ZE este ano.

Ao nível da política fiscal, esperamos uma redução do deficit orçamental para perto dos 4% do PIB, cerca de metade dos níveis dos últimos dois anos. É nossa expetativa que a inflação sofra alguma acalmia durante a primeira metade do ano em resultado do desaparecimento de alguns efeitos-base, como o aumento do IVA na Alemanha durante o 1T21 e grande parte da subida do preço do petróleo. Porém, o indicador "core" deverá permanecer a níveis superiores ao esperado pelo consensus colocando, assim, alguma pressão sobre a atuação do BCE e trazendo maior volatilidade ao mercado de renda fixa, em especial aos governos.

Por seu lado, não são esperadas grandes alterações no nível da taxa de desemprego, apesar do término dos programas de retenção, o que deverá permitir aumentos salariais na ordem dos 2%. Já o BCE deverá manter a sua taxa diretora nos -0,5% e o seu programa de QE deverá rondar os €500 milhões, cerca de metade do ritmo dos últimos dois anos. Se tudo correr normalmente, o programa de emergência PEPP terá o seu fim em março, mas em contrapartida do acréscimo do APP.

CHINA

A economia chinesa enfrenta múltiplos desafios em 2022. O setor imobiliário continua debaixo de grande pressão e as autoridades têm vindo a apertar a capacidade de financiamento dos operadores deste setor. Ao mesmo tempo, a expansão monetária pouco tem feito para melhorar o sentimento ou a atividade do setor. Temos vindo a assistir ao alargamento dos problemas iniciados com a Evergrande às suas contrapartes de melhor qualidade de risco, o que aumenta as dificuldades no sistema financeiro e reduz o nível de riqueza das famílias e a sua propensão para gastos em bens duradouros.

Por seu lado, as esperanças para uma recuperação liderada pelo consumo doméstico privado foram novamente goradas, em resultado da implementação de políticas muito restritivas de combate à pandemia. Esta situação deverá ser agravada com a chegada da Omicron à China, já que esta variante também parece conseguir contornar a imunidade produzida pelas vacinas chinesas, o que implicará a manutenção do fecho das fronteiras em 2022.

As autoridades chinesas estão agora apostadas no desenvolvimento de um novo programa de infraestruturas, que será adicionado à já existente aposta na manufatura. Será necessário manter um forte apoio governamental à economia para atingir a meta de duplicar os rendimentos entre 2020 e 2035, ou seja, vai ser necessário uma taxa de crescimento anual da atividade superior a 4,7% neste período de 15 anos. É expectável que o aumento recente na emissão de divida dos governos regionais para financiamento do plano de infraestruturas traga alguma recuperação no decorrer do 1T22 e no final do 3T22, em antecipação do Congresso do PCC. Por seu lado, o setor industrial deverá continuar suportado pela redução de impostos e taxas, algo que trará algum agravamento ao nível orçamental. O Banco Central deverá manter a sua postura acomodatícia e é provável que o coeficiente de reservas venha a ser novamente reduzido para ajudar à colocação da divida dos governos regionais.

A subida da inflação tem vindo a ser liderada pelo incremento dos preços da energia e dos alimentos, mas deverá sofrer alguma regressão ao longo do ano, não sendo expectável que se situe muito acima dos 3% no final de 2022. Isto permitirá ao Banco Central manter o seu foco no crescimento económico e no risco financeiro. Tal como no resto do mundo, a inflação "core" deverá continuar em alta, acima de 2021, mesmo tendo em conta os efeitos negativos dos confinamentos recorrentes sobre a inflação liderada pela procura. Já a

inflação do lado dos produtores, que atingiu os 13,5%, deverá sofrer alguma normalização com aumento da produção de energia derivado do acréscimo de capacidade das centrais a carvão existentes.

No que respeita à política monetária, é razoável admitir que continuará expansionista e que o incremento do diferencial de taxas de juro face aos EUA deverá levar à desvalorização do RMb face ao USD, ao longo de 2022.

Breve Outlook para algumas classes de ativos

O enquadramento atrás apresentado parece apontar para um cenário de estagflação (inflação superior ao crescimento), com desafios muito acutilantes em função da crescente pressão que colocam sobre os maiores agentes de mercado, os Bancos Centrais, para que haja mudança nas suas políticas. Ao longo dos próximos meses/anos, será interessante acompanhar se teremos capacidade para passar dum regime de apoio institucional à economia e aos mercados financeiros, onde até agora se privilegiou a compra massiva de dívida a taxas baixas ou negativas, para um ambiente de maior contenção e refreio financeiro, com o intuito de recuperar os indicadores económicos-chave para fazer face a crises futuras, com especial destaque para o peso da dívida sobre o PIB, o sobre-endividamento das famílias e das empresas, o desejado aumento do rendimento disponível das famílias e, acima de tudo, o forte investimento produtivo do lado das empresas.

O ano que agora começa deverá ser muito mais volátil e muito mais diferenciador entre ativos, setores, indústrias e empresas, correspondendo a um período de digestão, com muitos momentos de elevada variabilidade, onde as quedas poderão ser compradas, mas as subidas repentinas deverão ser acompanhadas da necessária redução das posições de risco.

Neste contexto, as **ações** continuam a ser o ativo financeiro preferido em termos de retorno, apesar de termos uma abordagem flexível na sua gestão em função das potenciais mudanças no regime de mercado. Com a alteração rápida de contexto, entre restrições à mobilidade, quebras de logística, possível aumento das taxas de juro e retirada dos estímulos financeiros às economias, algumas empresas poderão ter dificuldade em manter a previsibilidade dos seus resultados pelo que será natural o aumento da variabilidade dos mesmos, o que associado à menor liquidez dos mercados, poderá dar origem a movimentos bruscos nas bolsas mundiais. Após o rally dos mercados acionistas, desde março de 2020, é expectável que os fatores atrás mencionados possam culminar num aumento da volatilidade, realçando a importância que deveremos dar às várias vertentes da gestão dos riscos. A este propósito, é de realçar o facto do "real earnings yield" do índice S&P500 ter entrado em território negativo, algo que nos últimos 80 anos aconteceu apenas 4 vezes e trouxe consigo correções relevantes de mercado.

Nesse sentido, existem setores que deverão manter o crescimento, ainda que de forma não linear, com destaque para os setores tecnológicos, as soluções energéticas, a digitalização de serviços com enfoque na presença no metaverso, a educação à medida, a exploração espacial e os IoT (Internet of Things). No longo prazo, a inovação tecnológica disruptiva continua a ser o fator que melhor retorno oferece aos investidores. Assim, será normal que os países cujo tecido empresarial esteja mais exposto a estes setores vejam o seu mercado acionista sair beneficiado face aos demais. No curto prazo, esse valor pode estar ainda representado nos mercados norte-americanos através das empresas tecnológicas de grande capitalização, mas acreditamos que 2022 trará melhores oportunidades de entrada face aos atuais preços.

Destacamos os **Estados Unidos** por continuarem a ser o hub para este tipo de inovadores em função das suas transparentes estruturas legal e económica e dum quadro regulatório totalmente "pro-business". Ao mesmo tempo, beneficiam do dinamismo da sua força de trabalho, da abertura ao talento internacional, da relativamente baixa carga fiscal e de risco político diminuto, que atrai e dá segurança ao capital/investimento internacional. A tudo isto acresce a atual dinâmica do fenómeno inflacionista que parece favorecer os atuais líderes do mercado tecnológico global, uma vez que os seus modelos de negócio com baixos custos fixos, elevado "pricing power" e alavancados numa forte dinâmica de inovação, parecem não só preparados, mas também prontos para beneficiar dum regime de preços mais elevado e permanente.

Infelizmente, tal não pode ser dito da maioria dos países desenvolvidos, onde os respetivos empreendedores permanecem enleados em fortes teias de corrupção e fraca responsabilização das classes políticas. Do lado da China, a capacidade inovadora dos seus empreendedores tem sido notável, mas a sua iniciativa tem sido restringida por enormes constrangimentos legislativos e por um sistema político de estabilidade forçada e mais preocupado com a sua sobrevivência. No entanto, é de realçar a recente criação de regras para um mercado mais forte e menos dependente de setores como o imobiliário.

A criação de um imposto corporativo mínimo à escala global poderá impactar algumas das consideradas

"mega-empresas", mas não deverá ser o fator decisivo a prejudicar a classe das ações como um todo, pois os setores tradicionais da produção de matérias-primas, banca e industrial podem vir a beneficiar do enquadramento de subida de preços e de alguma consolidação setorial. Já as empresas com elevada exposição a mercados emergentes poderão enfrentar dificuldades adicionais, caso as condições económicas nos Estados Unidos levem a subidas mais aceleradas das taxas de juro e, ao mesmo tempo, estes países tenham menor controlo sobre o valor das suas moedas, em resultado da sua menor atratividade para o investidor internacional. A retirada de estímulos deverá ser um desafio para muitas empresas com múltiplos elevados. No entanto, existem ainda bolhas de crescimento a preço razoável que deverão ser aproveitadas nas quedas que antecipamos ao longo do ano.

As **matérias-primas** e os **ativos alternativos** são também classes de ativos onde a Sixty Degrees reconhece potencial para retornos positivos em 2022, mas com um grau de risco mais elevado do que as ações, em função das dinâmicas da sua procura/oferta e da volatilidade do seu preço nos mercados mundiais. As **matérias-primas** deverão beneficiar da subida generalizada da inflação, do efeito percecionado da sua maior escassez e do aumento do apetite dos investidores por ativos físicos/privados. Neste ambiente, também o **imobiliário, arte, coleções, vinho** e todo o género de **ativos reais** podem vir a ter um desempenho favorável, por serem bens únicos, finitos ou de difícil substituição. Ao mesmo tempo, continua a fazer sentido a manutenção de posições em metais preciosos com o objetivo de cobertura das carteiras, mas tal não deverá ser feito à custa duma posição fundamentalmente incorreta e negativa sobre o investimento no mercado acionista, em especial o norte-americano.

Já as **obrigações** e os produtos de **mercado monetário** são classes que deverão ter um desempenho negativo em 2022. Atualmente, com taxas de remuneração muito baixas (ou mesmo negativas) e num cenário, já em materialização, de subida da inflação, estes serão os ativos cujos retornos reais serão, com uma elevada probabilidade, negativos. O risco de crédito não deverá ser negligenciável, em especial nos emitentes considerados muito seguros, mas com níveis de dívida elevados, que poderão sofrer grandes choques resultantes de externalidades negativas, como a subida das taxas de juro ou perdas em moedas de mercados emergentes.

Com o advento do **blockchain** e a demonstração das suas valências, foi criada uma nova classe de ativos digitais que inclui não só as criptomoedas, mas também os NFT's. Estes são ativos únicos, na medida em que a sua disponibilidade foi inscrita no blockchain aquando da sua criação, pelo que têm visto a sua procura aumentar em função das necessidades de diversificação das carteiras para ativos privados. Sendo ainda difícil perceber se estes ativos vão manter a sua atual atratividade percecionada ou se serão estes, ou alguma outra versão, que passará o teste do tempo, a Sixty Degrees mantém-se em avaliação do seu potencial, mas, para já, não irá fazer qualquer investimento direto.

Atividade e Desempenho

4. ATIVIDADE E DESEMPENHO

4.1. Dados da Entidade e Dados do Supervisor e Auditor Externo

Sociedade

A Sixty Degrees – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. – matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 515 373 508 com sede social e morada na Avenida João Crisóstomo, 30-6º esq., 1050-127 Lisboa, e Capital Social 852.468m€.

A Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. é detida a 100% por investidores independentes tendo iniciado a sua atividade em agosto de 2019, tendo-lhe sido atribuídos os números de registo 343 e 395, junto do Banco de Portugal (BdP) e Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) respetivamente.

Supervisor da Sociedade

A responsabilidade de supervisão da Sociedade é da competência da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), através dos Departamentos de Autorizações e Registos, Supervisão Contínua e Supervisão Presencial.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Rua Laura Alves, 4. Apartado 14258. 1064-003 LISBOA

Telefone: (+351) 213 177 000 Fax: (+351) 213 537 077

cmvm@cmvm.pt

Auditores Externos

Sociedade
Kreston - SROC
Inscrição na OROC nº 104
Registo na CMVM nº 20161426
Morada Av. Duarte Pacheco, 19 4º esq.
1070-100 Lisboa
www.kreston.pt

Kreston - SROC
Inscrição na OROC nº 104
Registo na CMVM nº 20161426
Morada Av. Duarte Pacheco, 19 4º esq.
1070-100 Lisboa
www.kreston.pt

Fundo

4.2. Atividade da Sixty Degrees

A Sixty Degrees SGOIC SA, constituída em maio de 2019 e com início de atividade em agosto de 2019, está autorizada a desenvolver atividades de gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Organismos de Investimento Alternativo.

A atividade atual da Sociedade centraliza-se na gestão de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários, gerindo, à data do fecho deste exercício, os seguintes fundos:

Fundo Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível com início de atividade em 01 de outubro de 2019.

Fundo Sixty Degrees FLEXIBLE ALLOCATION /OICVM Flexível com início de atividade em 13 de agosto de 2021

Fundo Sixty Degrees AÇÕES PORTUGAL/OICVM de Ações com início de atividade em 01 de setembro de 2021.

Governação e Risco

5. GOVERNAÇÃO E RISCO

5.1. Sistema de Governação

O sistema de Governação da Sixty Degrees, garante uma gestão prudente e independente das atividades desenvolvidas. A Sixty Degrees tem implementado um sistema robusto e abrangente de forma a assegurar, em permanência, a sua eficácia e conformidade com as exigências regulatórias e com as orientações que as entidades de supervisão emitem para os intervenientes no mercado.

Para além de uma estrutura organizacional adequada ao exercício das suas atividades, assente na definição e segregação de responsabilidades e funções aos diversos níveis da sua organização, a Sixty Degrees tem implementadas políticas e procedimentos que gerem e garantem uma governação adequada da sua atividade e dos seus colaboradores.

O modelo de negócio da Sixty Degrees está focado na gestão dos seus fundos, tendo como entidades comercializadoras a própria Sociedade e o Banco Best.

A Sixty Degrees atua enquanto sociedade gestora de Organismos de Investimento Coletivo que são por si comercializados. Constitui-se como uma unidade funcional e orgânica assente numa estrutura operacional otimizada, recorrendo à externalização de várias funções administrativas e de suporte, mantendo-se na Sociedade a sua capacidade de decisão e gestão autónoma e independente.

A partilha de serviços com outras entidades terceiras, permite à Sociedade prosseguir o cumprimento das suas responsabilidades num quadro de maior eficiência operativa, sempre numa perspetiva de maior benefício dos seus clientes. Não obstante a partilha de serviços com entidades terceiras, os processos de decisão relativos à atividade de gestão dos Organismos de Investimento e à de gestão de carteiras, são prosseguidos de forma autónoma pelos órgãos da Sociedade e pelos seus recursos humanos e técnicos, com a necessária independência e autonomia.

Atendendo ao princípio da proporcionalidade, a unidade funcional da Sociedade é simplificada, o que se reflete na sua estrutura e organização, estabelecendo-se a linha decisória da seguinte forma:

- Nível estratégico, o Conselho de Administração;
- Nível executivo, a Comissão Executiva, com delegação no seu presidente, no âmbito dos poderes delegados;
- Nível operativo, responsáveis de equipa.

Os níveis executivo e operativo asseguram em permanência todo o âmbito de responsabilidades da Sociedade, cabendo a responsabilidade das decisões à Comissão Executiva que dirige a atividade corrente suportada nas equipas operacionais.

Administração e Fiscalização

A gestão da Sociedade compete ao Conselho de Administração que compreende uma Comissão Executiva na qual o Conselho delegou amplos poderes de gestão para a condução da atividade corrente da Sociedade.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) delibera sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos bem como, se tal lhe for solicitado pelo Conselho de Administração, sobre matérias de gestão da Sociedade.

Conselho de Administração

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um número mínimo de três e um número máximo de sete membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designará o presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre, salvo na medida em que exista disposição legal em contrário, permitida a sua reeleição.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O Conselho de Administração para o mandato 2019-2022 tem a seguinte composição: Presidente; Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro, Vogais: Maria do Rosário Pinto Correia (não executiva), Virgílio Vargas Garcia, e Filipe Bissaia Barreto.

O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, nomeadamente a definição e implementação das políticas de investimento do património sob gestão dos

OIC's em atividade. O Conselho de Administração mantém responsabilidades de monitorização do risco e *compliance*, fiscalização e acompanhamento da atividade da Comissão Executiva.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, composta por um Presidente (Virgílio Vargas Garcia) e 1 vogal (Filipe Bissaia Barreto) atua nos limites da delegação do Conselho de Administração. A distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Virgilio Vargas Garcia (CEO): Operações e Valorização, Tecnologias de Informação, Contabilidade e Recursos Humanos

Filipe Bissaia Barreto: Gestão de Investimentos e *Trading*, Marketing e Vendas

Conselho Fiscal

A Lei 148/2015 de 9 de setembro aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, determinando que os organismos de investimento coletivo sob a forma contratual e societária são entidades de interesse público. Desta forma, a Sixty Degrees, enquanto sociedade gestora de entidades de interesse público sem personalidade jurídica, tem na sua organização um Conselho Fiscal que iniciou, em 2019, o seu mandato, em simultâneo com o Conselho de Administração. Este órgão é com composto por José Veiga Sarmento (presidente), Mafalda Duarte e Jorge Albuquerque (vogais), tendo ainda Luis Roseiro como suplente. São competências do Conselho Fiscal, fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar pela observância da lei e do contrato de Sociedade, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos mesmos, fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da Sixty Degrees, fiscalizar a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, fiscalizar a qualidade e eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas pelos acionistas, colaboradores da Sixty Degrees ou outros, e implementar os procedimentos destinados à receção, registo e tratamento daquelas, contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos ter em conta a importância dos assuntos e a situação económica da Sixty Degrees.

Sistema de Controlo Interno

A Sixty Degrees organizou-se definindo estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos, e ações com o objetivo de garantir que o desempenho de médio e longo prazo são alcançados de forma eficiente e rentável, os ativos e recursos são utilizados eficazmente, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência da instituição se encontram assegurados através de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades e da implementação de mecanismos de proteção contra utilizações não autorizadas, intencionais ou negligentes, a informação financeira e de gestão, que suporta as tomadas de decisão e que os processos de controlo, cumprem os objetivos da informação (completa, pertinente, fiável e tempestiva), e que os requisitos legais e regulamentares aplicáveis são cumpridos, nomeadamente, no que diz respeito à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, prevenção de conflitos de interesse, ao código de conduta, às regras e procedimentos internos e estatutários e às recomendações das autoridades de supervisão nacionais e europeias, de modo a mitigar riscos.

O sistema de Controlo Interno da Sixty Degrees inclui a gestão de riscos e controlo do cumprimento, existindo internamente políticas e procedimentos que asseguram a sua implementação pelas várias áreas da Sociedade.

Função de Auditoria Interna

Considerando o número reduzido de colaboradores da Sixty Degrees e os proveitos operacionais expectáveis para os próximos 2 exercícios (inferiores a €20.000.000,00), a Sociedade está dispensada de ter uma auditoria interna separada e independente das suas restantes funções e atividades. Assim o recurso a auditorias far-se-á "ad hoc" sempre que o órgão de administração o delibere ou a legislação aplicável assim o venha a exigir.

Subcontratação

Com vista a melhorar a qualidade do seu sistema de governo e prestar um melhor serviço no interesse dos seus Clientes, a Sixty Degrees subcontratou diversas atividades, melhorando significativamente a sua capacidade de atuação, bem como dos serviços oferecidos aos seus Clientes.

Encontram-se atribuídas a entidades externas as seguintes atividades:

- Contabilidade;
- Recursos humanos;
- Sistemas de Informação;
- Apoio Jurídico

É assim possível acompanhar as melhores práticas do mercado, para além das exigências regulatórias, com um claro benefício qualitativo e quantitativo ao nível do risco operacional e da monitorização da informação prestada aos Clientes, reguladores e acionistas.

5.2. Perfil de Risco

Reconhecendo que a assunção de risco é intrínseca à atividade de gestão de investimentos, a Sociedade tem desenvolvido um sistema global de gestão de riscos baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos, os quais estão suportados em políticas e procedimentos apropriados e claramente definidos com vista a assegurar que os objetivos da Sixty Degrees são atingidos e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente aos riscos previamente identificados.

5.2.1. Sistema de Gestão de Risco

A gestão de riscos na Sixty Degrees assenta na constante procura da correta identificação e análise das várias dimensões dos riscos (risco de crédito e contraparte, riscos de mercado, riscos de liquidez ou riscos operacionais) e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de limiares pré-estabelecidos, devidamente monitorizados.

A Sixty Degrees assume a gestão de riscos como um dos pilares do seu modelo de negócio, sendo a partilha da informação pelos gestores e órgãos de administração um exercício permanente, praticado a todos os níveis de responsabilidade.

A Sociedade dispõe de um sistema de informação que identifica e monitoriza os diferentes riscos, validando igualmente a aplicação das regras legais e internas e o cumprimento dos diferentes limites.

O desempenho das carteiras em termos de rendibilidade e riscos assumidos, são monitorizados diariamente. As metodologias de controlo estão suportadas na produção de informação de gestão e incluem a aferição periódica de resultados e a monitorização dos níveis de risco.

A monitorização do cumprimento da política de investimento das carteiras e dos níveis de risco implícito é desencadeada, em primeira instância, pela equipa de investimentos e, em segunda instância, pela área de *Risco e Compliance*, área inteiramente independente da área de Investimentos e *Trading*, reportando diretamente à administração e Conselho fiscal.

O modelo de Governo do Risco é ainda complementado por um comité de Risco e Controlo Interno, órgão que emana do Conselho de Administração da Sixty Degrees, sendo composto por Administradores executivos e não executivos e pelos Diretores das áreas de Risco e Compliance e de Operações e Valorização. O Comité de Risco e Controlo Interno reúne trimestralmente tendo como missão zelar pelo cumprimento dos princípios e políticas de governo da Sixty Degrees, incluindo princípios éticos e deontológicos, normas de conduta e políticas de responsabilidade social e sustentabilidade e pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente.

Os riscos a que a Sociedade está exposta decorrem naturalmente dos investimentos nos ativos representativos das carteiras dos OICVM's sob gestão.

As carteiras sob a responsabilidade da Sixty Degrees são compostas por uma vasta diversidade de investimentos, nomeadamente, instrumentos de mercado monetário, obrigações, ações, investimentos alternativos, entre outros, desde que respeitem as políticas de investimento decorrentes dos respetivos regulamentos de gestão, bem como os limites legais de exposição. A Sixty Degrees pode ainda realizar, em representação dos OIC's sob gestão, operações com instrumentos financeiros derivados destinadas a cobrir ou "alavancar", posições das carteiras do OIC's sob sua gestão.

Desta forma, os *portfolios* que integram os OIC's sob gestão estão especialmente sujeitos ao Risco de mercado – ações, taxa de juro e cambial – Risco de Crédito, Risco de Contraparte, Risco de Liquidez, Risco Cambial e Risco Operacional.

Resume-se de seguida o entendimento de cada um destes riscos na atividade da Sixty Degrees e os modelos de informação utilizados para os monitorar.

Riscos de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de variação de preço que os investimentos em carteira incorrem. Ao comprar ativos financeiros, o património do Fundo está exposto a flutuações de preço desses ativos, devido a variações de vários parâmetros como por exemplo: taxas de juro, spread de crédito, preço das ações, taxas de câmbio ou outros.

O Risco de Mercado de uma carteira é avaliado essencialmente pela volatilidade dos seus retornos, medida neste caso com base na respetiva exposição aos diferentes fatores de risco.

É neste conceito que assenta o sistema de acompanhamento e controlo de risco de mercado da carteira sob gestão, estando a sua implementação assegurada por uma solução partilhada entre os gestores e o prestador de serviço elegível para o efeito.

Com efeito, de forma a assegurar um nível aceitável de diversificação, este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total do *portfolio*. Tal traduz-se numa análise rigorosa e completa das fontes de risco mais relevantes, que combina simultaneamente a exposição da carteira aos vários fatores de risco, a volatilidade de cada um e ainda a correlação entre estes e o *portfolio*.

A exposição, ex-ante, da carteira aos principais fatores de risco – mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito ou fatores de estilo – em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um índice de referência é aferida em cada momento através da aplicação do prestador do serviço.

Esta monitorização, sempre que se justifique, conduz a uma análise conjunta da situação que poderá ser levada a discussão em sede de comité de risco e controlo interno de forma a avaliar estratégia de gestão se se entender que não cumpre com a estratégia de exposição a risco compatível com os objetivos desejados.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito corresponde à maior ou menor probabilidade de um emitente de instrumentos de dívida não pagar os juros devidos ou reembolsar o capital aplicado.

A gestão do Risco de Crédito dos OIC baseia-se nas seguintes diretrizes:

a) Avaliação prévia de um instrumento de dívida em seus aspetos relevantes, tais como setor de atuação da empresa e seu nível de participação no seu mercado de atuação;

b) Avaliação prévia dos emitentes e da estrutura acionista;

c) Análise das características dos instrumentos de dívida, tais como prazo, taxa de juro, liquidez e garantias, limite máximo por emitente, impactos na *duration* da carteira dos OIC e restrições regulamentares.

Na gestão do Risco de Crédito são utilizados metodologias e instrumentos conforme discriminação a seguir:

a) Alocação dos ativos na carteira do OIC, de acordo com o estabelecido na sua política de investimentos;

b) Atribuição de ratings para os emitentes, pelas principais agências de classificação de risco;

c) Sistema de acompanhamento e controlo de risco de crédito da carteira sob gestão, estando a sua implementação assegurada por uma solução partilhada entre os gestores e o prestador de serviço elegível para o efeito.

O controlo de crédito é efetuado através da aplicação PORT da Bloomberg.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é entendido como a possibilidade de perda de capital pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor.

Para atender ao Risco de Liquidez, o gestor mantém na carteira do OIC ativos com elevada liquidez para conseguir face a eventuais resgates.

Adicionalmente, e de acordo com a regulamentação em vigor, a Sixty Degrees é obrigada a efetuar testes de liquidez, para cada OIC sob gestão, validando desta forma a capacidade de proceder à venda de ativos para cumprir com as suas responsabilidades para liquidar resgates, para vários prazos.

O controlo do Risco Liquidez é efetuado através da aplicação PORT da Bloomberg.

Risco Cambial

O Risco Cambial é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos na avaliação dos ativos que compõem a carteira do OIC,

devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda do OIC, dos ativos denominados em moeda estrangeira.

Tendo em consideração o perfil de risco e a política de investimento de cada fundo de investimento mobiliário, a SIXTY DEGREES poderá recorrer a instrumentos derivados de cobertura cambial, tais como futuros, forwards, opções, contratos de swap cambial ou forward rate agreements.

Risco Operacional

A Sixty Degrees adota uma abordagem sistematizada e centralizada para a gestão do Risco Operacional. Para o efeito, o controle do Risco Operacional estará inserido na área de Controlo de Risco e *Compliance* da Sixty Degrees que será responsável por implementar o modelo e as políticas adotadas, bem como promover uma cultura de gestão de Risco Operacional. A área de Controlo de Risco e *Compliance* coopera com as restantes áreas da Sixty Degrees no sentido de controlar, monitorizar e desenvolver mecanismos de mitigação do Risco Operacional da Sociedade.

Cabe à área de Controlo de Risco e *Compliance* supervisionar e apoiar a criação de fichas de risco operacional para todas as atividades críticas desenvolvidas pela Sixty Degrees. Estas fichas identificam os riscos inerentes às operações, determinando o respetivo tipo e categoria de acordo com o impacto financeiro e a probabilidade de ocorrência. A grelha de Tipos e Categorias de Risco Operacional adotada pela Sixty Degrees está de acordo com os requisitos regulamentares.

A área de Controlo de Risco e *Compliance* verifica anualmente, as fichas de Risco Operacional ativas, requerendo junto de cada área o seu estado de situação (em revisão, ativa, ativa aguarda autorização, inativa aguarda autorização), de forma a, se necessário, desencadear o processo de atualização e respetiva aprovação.

Todas as ocorrências, comunicadas à área de Risco e Compliance são registadas numa base de dados desenvolvida para o efeito, identificando as suas causas, bem como a respetiva quantificação do custo operacional associado, de forma a permitir uma melhor compreensão das falhas ocorridas e da tomada de medidas mitigadoras.

Risco Contraparte

A exposição a cada produto derivado OTC e respetiva contraparte é medida ao seu presumível justo valor de realização pelo sistema de valorização de carteiras.

A exposição às contrapartes proveniente da liquidação das transações é também medida diariamente pelo sistema. A aprovação de uma nova contraparte é requerida pela equipa de gestão ao Comité de Risco e Controlo Interno que a avalia à luz de diversos fatores nomeadamente, a qualidade de execução, a competitividade nos custos cobrados, o reconhecimento no mercado onde opera bem como a sua qualidade de crédito (seja detentora de rating ou pela avaliação do último relatório e contas). Sendo o risco considerado aceitável a Contraparte é aprovada e classificada em termos de risco, atribuindo-se-lhe um limite máximo de negociação/instrumento (conforme Procedimento de Aprovação de Contraparte e Procedimento de Identificação de Clientes e Contrapartes).

5.2.2. Políticas de Cobertura e Gestão de Risco

A Sixty Degrees realiza, em representação dos Clientes e das carteiras que gere, operações com instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua atividade, destinadas a cobrir posições das carteiras que tem sob gestão. A Sociedade transaciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre ações ou sobre vários índices. Estas transações são efetuadas na sua maioria em mercados organizados, nomeadamente em bolsas de valores, mas havendo também algumas em mercados de balcão (OTC – over-the-counter).

A Sixty Degrees limita a exposição global a instrumentos financeiros derivados dos OIC's por si geridos, considerando o risco de mercado da carteira através de uma abordagem baseada no *Value at Risk* (VaR) - uma medida da perda máxima esperada - com um intervalo de confiança a 99% e para um horizonte temporal de 30 dias.

O cálculo do Var das carteiras é efetuado relativamente ao valor líquido global do OIC - VaR absoluto.

5.3. Fundos Próprios

Em 2021, A Sixty Degrees apresentou um rácio de Fundos Próprios Totais positivo de 19.98%

5.4. Situação perante a Segurança Social

Nos termos do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade não tem dívidas à Segurança Social.

Anexos

6. ANEXOS

ANEXO 1:

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SIXTY DEGREES

1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Órgão de Administração e à alteração dos estatutos da Sociedade

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um número mínimo de três e um número máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designa o Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo, salvo na medida em que exista disposição legal em contrário, sempre permitida a sua reeleição.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

2. Poderes do Órgão de Administração no que respeita a deliberações de aumento do capital

O Conselho de Administração é o órgão superior de governo da Sociedade, competindo-lhe, nos termos e dentro dos limites da lei e dos estatutos, exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade, bem como praticar todos os atos necessários ou convenientes para a prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social.

O Conselho de Administração não tem poderes para aumentar o capital social.

3. Política de Seleção e Avaliação

Aos membros do Conselho de Administração e aos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais na Sixty Degrees são aplicados os procedimentos de avaliação emanados da Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e de titulares de Funções Essenciais aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Sixty Degrees de 03 de junho de 2019. Todos os membros dos seus corpos sociais são objeto de um processo constante de idoneidade de forma a validar a sua capacidade para a funções que desempenham.

4. Política de remuneração dos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais da Sixty Degrees

Aos membros do Conselho de Administração e aos Colaboradores com Funções consideradas Essenciais da Sixty Degrees é aplicada, a "Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, revista e aprovada anualmente em Assembleia Geral da Sociedade.

A Política de Remuneração da Sixty Degrees, aplicada durante o exercício de 2021, consta do Anexo 2 ao presente relatório.

5. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Na Sixty Degrees são aplicáveis processos que têm subjacente a descrição de procedimentos a realizar em termos de controlo interno e gestão de risco pelas diferentes áreas da Sociedade.

O seu objetivo é regular os conceitos e métodos de controlo, considerados relevantes, assegurando uma adequada organização administrativa e o controlo satisfatório dos riscos operacionais e financeiros da Sociedade, devendo estar assegurados entre outros os seguintes objetivos fundamentais:

- A garantia da existência e segurança dos ativos;
- O controlo dos riscos da atividade da instituição, nomeadamente, os riscos de crédito, de mercado e de liquidez;
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação contabilística e financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- A adequação das operações realizadas pela instituição a outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e a outras regras relevantes para a instituição;
- A prevenção do envolvimento da instituição em operações relacionadas com branqueamento de capitais tendo em vista salvaguardar o bom funcionamento e solidez da Sociedade, protegendo-a dos riscos de erros, irregularidades e fraudes, com o objetivo fundamental de preservar os interesses e património dos seus clientes

Todas as divulgações de informação financeira ou comercial são revistas de forma independente, carecendo se for o caso de aprovação em comité próprio.

6. Relação dos Membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Artigo 289º do código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos
Secretária	Patrícia Salgado Goldschmidt

Conselho de Administração

Presidente	Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro
Vogais	Maria do Rosário Amado Pinto Correia
	Virgílio Manuel Vargas Garcia
	Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto

Conselho Fiscal

Presidente	José Manuel Chaves da Veiga Sarmento
Vogais	Jorge Emanuel Cravo de Albuquerque
	Mafalda Dias dos Reis Mendes Duarte Jardim
	Luis Alexandre Cantante Botelho Roseiro

Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial	Kreston & Associados – SROC, Lda

7. Informação sobre a participação no capital social dos membros dos órgãos de administração e Fiscalização

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comercias, são detidas posições pelos seguintes membros:

Acionista	Participação
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	6.8%
Virgílio Manuel Vargas Garcia	13.1%
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	11.4%

8. Informação sobre a participação de acionista no capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 448º do código das Sociedades Comerciais a estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

Acionista	Participação
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	19.6%
Filipe Maurício de Botton	19.6%
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	6.8%
Virgílio Manuel Vargas Garcia	13.1%
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	11.4%
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	11.4%
António Pedro Nunes de Sousa Marques Dias	9.0%
Nuno Miguel Murta Rosa de Sousa Pereira	9.0%

À data de 31 de dezembro de 2021 o capital social da Sociedade era de 852.468€, perfeitamente dentro dos limites regulatórios. No decurso de 2022, caso seja necessário, a Sociedade efetuará novo aumento de capital de forma a robustecer a sua solvabilidade dentro dos parâmetros exigidos pela regulamentação.

9. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não há acionistas nestas condições.

10. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício de voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício de direito de voto ou sistemas de destaque de direito de conteúdo patrimonial

Não são aplicadas quaisquer restrições ao direito de voto.

ANEXO 2:

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SIXTY DEGREES

Decorrente da sua constituição em maio de 2019, a Sixty Degrees tem implementada uma Política de Remuneração para os Membros dos Órgãos de administração e de Fiscalização cujo objetivo consiste em:

i) Promover e ser coerente com uma gestão de riscos sã e prudente, desincentivando a assunção de riscos incompatíveis com os perfis de risco, com o regulamento de gestão ou com os documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo geridos pela Sixty Degrees,

ii) Ser consentânea com a estratégia empresarial, com os objetivos, valores e os interesses da Sixty Degrees, com os interesses dos organismos de investimento coletivo por ela geridos, com os interesses dos respetivos investidores, e ainda incluir medidas destinadas a evitar conflitos de interesses.

Estrutura da Remuneração

De acordo com a Política de Remunerações em vigor na Sociedade, os administradores da Sixty Degrees em exercício de funções, apenas, irão auferir uma remuneração fixa. Se o crescimento da Sociedade assim o justificar, a Sixty Degrees poderá alterar a sua Política de Remunerações de modo a incluir nesta uma remuneração variável que definirá o equilíbrio entre a parte fixa e a parte variável da remuneração, os tipos de remuneração variável, os critérios de avaliação de desempenho para efeitos da remuneração variável, os limites da remuneração variável, os mecanismos de retenção e de diferimento, os mecanismos de redução e reversão, e outros mecanismos que se revelem necessários para implementar uma política de remunerações flexível consentânea com uma gestão sã e eficaz dos riscos e que não incentive uma assunção de riscos incompatível com os perfis de risco, com o regulamento de gestão ou com os documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo por si geridos, ou que de algum modo possa afetar o cumprimento da obrigação da Sixty Degrees de atuar no interesses dos organismos de investimento coletivo, promovendo o alinhamento com as melhores práticas com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados ao longo do tempo.

Presidente do Conselho de Administração

Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro

Vogais não-executivos

Maria do Rosário Amado Pinto Correia

Vogais executivos

Virgílio Vargas Garcia

Filipe Bissaia Barreto

Lisboa, 21 de março de 2022



Demonstrações Financeiras e Notas Exercício 2021

Demonstrações Financeiras
Exercício 2021

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

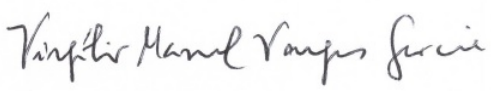
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	42 099,66	53 595,40
Ativos intangíveis	6	40 160,76	15 683,28
Outros investimentos financeiros	7	2 195,95	1 344,07
Outros Créditos a receber	8	17 258,03	17 312,03
Ativos por impostos diferidos	9	294 727,96	168 206,08
Total dos Ativos Não Correntes		396 442,36	256 140,86
Ativo corrente			
Clientes	15	-	100,00
Estado e outros entes públicos	10	172,38	-
Outros créditos a receber	8	122 617,04	10 576,33
Diferimentos	11	6 588,45	4 816,13
Caixa e depósitos bancários	4	131 716,70	224 236,87
Total dos Ativos Correntes		261 094,57	239 729,33
Total do Ativo		657 536,93	495 870,19
Capital Próprio			
Capital subscrito	12	852 468,00	125 000,00
Prémios de emissão	12	531 732,00	-
Resultados transitados	12	(650 665,73)	(325 405,37)
Resultado líquido do exercício		(135 698,80)	(325 260,36)
Total dos Capitais Próprios		597 835,47	(525 665,73)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	-	970 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		-	970 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	5 289,47	7 194,54
Estado e outros entes públicos	10	12 245,77	11 294,96
Financiamentos obtidos	14	180,47	527,22
Outras dividas a pagar	13	41 985,75	32 519,20
Total dos Passivos Correntes		59 701,46	51 535,92
Total do Passivo		59 701,46	1 021 535,92
Total do Capital Próprio + Passivo		657 536,93	495 870,19

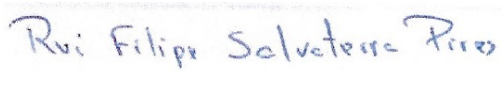
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 21 de março de 2022

A Administração



O Contabilista Certificado



Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Vendas e serviços prestados	15	197 525,65	60 747,72
Fornecimentos e serviços externos	16	(196 986,64)	(209 728,37)
Gastos com o pessoal	17	(234 809,77)	(240 697,85)
Outros rendimentos	18	1 724,04	265,13
Outros gastos	19	(12 051,45)	(4 245,83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(244 598,17)	(393 659,20)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(17 460,76)	(17 460,74)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(262 058,93)	(411 119,94)
Resultado antes de impostos		(262 058,93)	(411 119,94)
Imposto sobre o rendimento do período	9	126 360,13	85 859,58
Resultado líquido do período		(135 698,80)	(325 260,36)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 21 de março de 2022

A Administração

O Contabilista Certificado

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Capital subscrito	Prémios de emissão	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2021	1	**Notas**	125 000,00	-	(325 405,37)	(325 260,36)	(525 665,73)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio capital próprio			-	-	(325 260,36)	325 260,36	-
	2		-	-	(325 260,36)	325 260,36	-
Resultado Líquido do Período	***2***					(135 698,80)	(135 698,80)
Resultado Integral	***3 = 2***					189 561,56	(135 698,80)
Realizações de capital			727 468,00	-	-	-	727 468,00
Realizações de prémios de emissão			-	531 732,00	-	-	531 732,00
	4		727 468,00	531 732,00	-	-	1 259 200,00
Posição no Fim do Período 2021	***5 = 1 + 3 + 4***	12	852 468,00	531 732,00	(650 665,73)	(135 698,80)	597 835,47

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 21 de março de 2022

A Administração

Virgílio Manuel Vargas Garcia

O Contabilista Certificado

Rui Filipe Salvaterra Pires

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
			Capital subscrito	Prémios de emissão	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2020	1	**Notas**	125 000,00	-	-	(325 405,37)	(200 405,37)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio capital próprio			-		(325 405,37)	325 405,37	-
	2		-	-	(325 405,37)	325 405,37	-
Resultado Líquido do Período	***2***					(325 260,36)	(325 260,36)
Resultado Integral	***3 = 2***					145,01	(325 260,36)
Posiçãono Fim do Período2020	***5 = 1 + 3 + 4***	12	125 000,00	-	(325 405,37)	(325 260,36)	(525 665,73)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 21 de março de 2022

A Administração

Virgílio Manuel Vargas Garcia

O Contabilista Certificado

Rui Filipe Salvaterra Pires

Sixty Degrees - Soc Gestora Fundos de Invest Mob, S.A

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		98 368,32 €	57 441,92 €
Pagamentos a fornecedores		- 241 666,38 €	- 175 315,54 €
Pagamentos ao pessoal		- 221 482,21 €	- 135 615,10 €
Caixa gerada pelas operações		- 364 780,27 €	- 253 488,72 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- 298,55 €	- 494,92 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 16 641,35 €	- 135 251,36 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		- 381 720,17 €	- 389 235,00 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		289 200,00 €	- €
		289 200,00 €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		289 200,00 €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 92 520,17 €	- 389 235,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	224 236,87 €	613 471,87 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	131 716,70 €	224 236,87 €
		-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 21 de março de 2022

A Administração

Virgílio Manuel Vargas Garcia

O Contabilista Certificado

Rui Filipe Salvaterra Pires

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício 2021

1. DESCRIÇÃO DA ENTIDADE

A Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A iniciou a sua atividade no dia 19 de agosto de 2019 e tem por objeto a gestão de Organismos de Investimento Coletivo de Valores mobiliário (OICVM) e Organismos de Investimento Alternativo (OIAVM) e o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução do seu objeto nos termos da lei e regulamentação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade é responsável pela gestão e representação dos seguintes organismos de investimento coletivo;

- Sixty Degrees – PPR/OICVM Flexível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível de Poupança Reforma com o número de identificação fiscal nº 720015804.

- Sixty Degrees – FLEXIBLE ALLOCATION /OICVM Flexível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível com o número de identificação fiscal nº 720017343.

- Sixty Degrees AÇÕES PORTUGAL/OICVM de Ações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações com o número de identificação fiscal nº 720017513.

Nos termos da Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2020, de 7 de julho, pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 72/2021, de 16 de agosto) a Sociedade está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, estando sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Regulamento Delegado 231/2013 de 19 de dezembro, com a Lei 16/2015 de 24 de fevereiro e com o Regulamento da CMVM 2/2015, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designadas por "NCRF") e normas interpretativas, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 relativas à atividade gestão de Organismos de Investimento Coletivo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCFR, conjugadas com as adaptações específicas relativas à atividade de gestão de organismos de investimento coletivo e que resultam da aplicação, sempre que relevante, do Regulamento Delegado 231/2013 de 19 de dezembro, da Lei 16/2015 de 24 de fevereiro e do Regulamento da CMVM 2/2015.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital próprio da Sociedade é de 852.468 euros, situação que determina a aplicação do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. O Conselho de Administração teve em consideração os seguintes aspetos:

- Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresenta capitais próprios no valor de 598.889,28€., situação que decorre da transformação de suprimentos em capital.

Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas como ativos ou passivos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.
As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 5
Equipamento básico	4 a 7

As vidas úteis e métodos de amortização são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.
Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro/prejuízo tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributáveis dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor na data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Rédito

Comissões

Pelo exercício da atividade de gestão do Organismo de Investimento Coletivo, a Sociedade cobra as seguintes comissões:

Comissão de gestão

A comissão de gestão, de acordo com o OIC em causa, tem uma componente fixa (i) e uma componente variável:

- Componente Fixa: A comissão de gestão varia entre 0.625% e 1.75%, conforme o fundo e a categoria em causa, revertendo a favor da Sociedade Gestora.

- Componente Variável: A comissão variável, de acordo com o OIC em causa, corresponderá a 20% da diferença positiva entre a valorização do Fundo e o desempenho do seguinte compósito: Euribor a 12m, divulgada no último dia útil do ano anterior, adicionada de 2% ao ano, com a condição de que o valor da unidade de participação no último dia do ano seja superior à do fecho anual do ano transato. Apenas será cobrada a comissão variável se o Fundo tiver uma valorização positiva no ano.

Comissão de depósito

A comissão de depositário, de acordo com o OIC em causa, varia entre dois patamares:

a) 0,15% anual, passando a 0,13% anual se o valor líquido global do Fundo for superior a 20 Milhões de euros, para o fundo Sixty Degrees PPR;
b) 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do Fundo for superior a 20 Milhões de euros, para os restantes fundos da Sociedade.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("eventos não ajustáveis") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "Caixa e seus equivalentes" foram incluídas apenas movimentação bancárias uma vez que não existe registo de movimentação feita a dinheiro. Em 31 de dezembro de 2021 esta rubrica apresentava os seguintes valores:

	2021
Depósitos à ordem	131 716.70
	131 716.70

	2020
Depósitos à ordem	224 236.87
	224 236.87

O saldo em aberto encontra-se disponível para uso.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldos a 31 /12/ 2021			Saldos a 31 /12/ 2020	
	Ativo Bruto	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido
Edifícios e outras construções	36 672.45	4 278.45	32 394.00	2 444.83	34 227.62
Equipamento administrativo	33 220.35	23 972.08	9 248.27	14 632.85	18 587.50
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 291.50	834.11	457.39	511.22	780.28
	71 184.30	**29 084.64**	**42 099.66**	**17 588.90**	**53 595.40**

Durante o período de 2019, a Sixty Degrees procedeu ao aluguer de um escritório, no qual realizou obras nas infraestruturas, tendo igualmente adquirido o mobiliário necessário para poder exercer a sua atividade dentro dos requisitos exigidos. Estes valores foram registados na rubrica dos ativos fixos tangíveis, uma vez que são materiais onde é expectável uma vida útil superior a um ano

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldos a 31 /12/ 2021				Saldos a 31 /12/ 2020	
	Ativo Bruto	Em curso	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido	Amortizações Acumulados	Ativo Líquido
Programa de computador	14 760.00	-	12 708.73	2 051.27	7 789.22	6 970.78
Marca Sixty Degrees	10 455.00	-	2 788.01	7 666.99	1 742.50	8 712.50
Desenvolvimento Plataforma	30 442.50	30 442.50	-	30 442.50	-	-
	55 657.50	**30 442.50**	**15 496.74**	**40 160.76**	**9 531.72**	**15 683.28**

Para representar a entidade foi criada a marca "Sixty Degrees". Os seus custos foram registados numa conta de ativos intangíveis, na rubrica de propriedade industrial. Foi definida uma vida útil indefinida pelo que o bem será amortizado ao longo de 10 anos.

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Fundos de Compensação	2 195.95	1 344.07

8. OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos de Sócios	17 258.03	-	17 312.03	-
Adiantamento Fornecedores	-	16.26	-	-
Acréscimo Comissão de Gestão	-	116 987.16	-	5 876.33
Outros Acrescimos	-	913.62	-	-
Induxtra Caução	-	4 700.00	-	4 700.00
	17 258.03	**122 617.04**	**17 312.03**	**10 576.33**

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício de 2021, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21%, podendo ser acrescido ainda um valor de derrama até um limite de 1,5%. Tendo em conta o volume de negócios de 2021, a Sociedade encontra-se isenta de derrama, uma vez que não obteve volume de negócios superior a 1.500.00,00 euros.

No exercício de 2021, o apuramento da Derrama Estadual é efetuado com base nas seguintes taxas: (i) 3% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000 euros e inferior 7.500.000 euros; (ii) 5% à parte do lucro tributável compreendida entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e (iii) 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

As despesas de representação são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

As referidas taxas de tributação autónoma são agravadas em 10% sempre que a Sociedade apure prejuízo fiscal no período a que respeitam essas despesas.

O imposto sobre o rendimento no exercício de 2021 e 2020 foi detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Imposto Estimado	**126 360,13**	**85 859,58**
Imposto Diferido	126 521,88	86 158,13
Imposto Corrente	161,75	298,55

O pagamento especial por conta pode ser deduzido à coleta do próprio ano em que que se encontra a ser pago ou dos 6 períodos de tributação posteriores, em caso de insuficiência ou inexistência de coleta, mediante requerimento a apresentar às autoridades fiscais, conforme o disposto no artigo 93.º do Código do IRC.

Durante o exercício de 2021, foi contabilizado um ativo por imposto diferido no valor de 126.521,88 euros, existindo neste momento um valor para imposto diferidos de 294.727,96 euros, uma vez que a administração espera deduzir os prejuízos fiscais obtidos em 2021,2020 e 2021 nos resultados dos próximos 5 anos. Este valor também engloba o imposto diferido calculado pelo uso do benefício da remuneração do capital próprio no valor de 58.981,40 euros.

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto corrente a pagar corresponde à tributação da matéria coletável e da tributação autónoma.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo	**2021**	**2020**
	172.38	**-**
Imposto Selo pago	172.38	-

Passivo	**2021**	**2020**
	12 245.77	**11 294.46**
Contribuições Segurança Social	6 276.49	5 274.80
Fundos Compensação	76.75	76.75
Retenções de impostos sobre Rendimento	3 197.33	3 145.00
IRC a pagar	161.75	298.55
IVA a pagar	2 533.45	2 499.36

Os impostos em aberto serão liquidados no decorrer de 2022 nomeadamente em janeiro, fevereiro (IVA) e maio (IRC).

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos a reconhecer	6 588.45	4 816.13
Seguros	3 531.60	3 787.79
Outros	3 056.85	1 028.34

A rubrica "outros" engloba os restantes gastos faturados, mas que respeitam a períodos posteriores, como é o caso de licenças de softwares, segurança e vigilância.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado em dinheiro, estando representado por 852.468 ações com valor nominal de 1 Euro cada.

À data de 31 de dezembro de 2021 o capital próprio da Sociedade é de 597 835,47€.

No decurso do exercício de 2021 foram efetuados dois aumentos de capital da Sociedade nos seguintes moldes:

- A 27 de maio foi realizado um aumento de capital mediante a conversão de suprimentos em capital e entradas em dinheiro com subscrição de ações nominativas no valor de € 571.572,00, passando o capital social da Sociedade de € 125.000,00 para € 696.572,00.
- A 13 de dezembro foi realizado novo aumento de capital, mediante a conversão de suprimentos e de prestações suplementares, com subscrição de novas ações nominativas no valor de € 155.896,00, passando o capital social da Sociedade de € 696.572,00 para € 852.468,00.

Em 31 de dezembro os resultados transitados apresentavam um valor negativo de 650 665,73 referente aos prejuízos dos exercícios de 2019 e 2020 com os valores de 325 405,37 e 325 260,36 respetivamente.

O resultado de 2021 será igualmente transitado para a rubrica de Resultados Transitados.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores	**5 289,47**	**7 194,54**
Prosegur	78,55	75,12
Vasconcelos, Arruda & Associados -Soc de Advogados	3 620,78	1 129,14
CapelãoLX, Lda.	-	246,00
Epoch Multimédia Lda	0,35	334,09
New Blast, Lda.	-	1 845,00
Moneris- Serviços de Gestão, Lda.	-	811,80
EDP Comercial	93,71	-
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	-	100,00
Kreston & Associados SROC	-	1 230,00
Epal Grupo Águas de Portugal	83,24	81,91
Obsidian Solutions LTD	1 178,29	1 089,00
Adobe Systems Software	18,44	18,44
Docusign	62,00	57,00
Zoom Video Communications	57,30	143,99
Streamyard	43,35	-
Mailchimp	53,46	33,05

	2021	2020
Outras Dívidas a Pagar	**41 985,75**	**32 519,20**
Férias e Subsídio de férias	29 096,15	29 096,15
Pagamento de Clientes (faturado em 2022):	10 116,00	-
Sixty Degrees PPR/OICVM Fléxivel	7 965,14	-
Sixty Degrees Flexible Allocation	2 050,86	
Sixty Degrees Ações Portugal	100,00	
Outros acréscimos	2 773,60	3 423,05

O saldo da rubrica "Férias e Subsídio de Férias" corresponde ao valor que será pago em 2022 referente ao direito de férias e subsídio de ferias que os colaboradores da Sixty Degrees adquiriram em 2021.

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de financiamentos obtidos apresentava os seguintes valores:

	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos de Sócios	-	-	970 000.00	-
Cartao crédito	-	180.47	-	527.22
	-	**180.47**	**970 000.00**	**527.22**

Os empréstimos dos sócios no valor de 970.000€ foram convertidos em capital de forma a cumprir com os rácios legalmente exigidos.

15. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Prestações de Serviços	**197 525.65**	**60 747.72**
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	189 720.92	60 747.72
Fundo Sixty Degrees Flexible Allocation	6 054.20	-
Fundo Sixty Degrees Açoes Portugal	1 750.53	-

Durante o exercício de 2021, para os fundos Flexible Allocation e Ações Portugal apenas foram cobradas comissão de gestão relativas a 5 meses e a 4 meses de atividade dos fundos.

	2021	2020
Clientes	**-**	**100.00**
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	-	100.00

As prestações de serviços descritas referem-se apenas a comissões cobradas pela Sociedade Gestora ao Fundo. Os Fundos Sixty Degrees Flexible Allocation e Ações Portugal tiveram início em agosto e setembro de 2021.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecimentos e Serviços Externos	**196 986,64**	**209 728,37**
Subcontratos	2 562,54	592,66
Trabalhos especializados:		
Advogados	19 491,27	23 194,41
Contabilidade	12 509,10	9 767,43
Auditoria	2 460,00	2 460,00
Software SGC	19 108,36	26 350,32
Outros	90 730,68	101 856,31
Vigilância e Segurança	979,99	875,16
Serviços bancários	1 040,38	973,03
Honorários	1 112,38	-
Ferramentas e Utensílios	56,70	362,89
Material de escritório	725,54	472,99
Energías e Fluídos	1 618,32	1 489,81
Comunicação	8 799,47	-
Deslocações, Estadas e transportes	1 754,07	1 997,67
Despesas de Representação	258,20	1 664,25
Rendas e Alugueres	23 343,96	29 171,04
Seguros	4 242,25	3 322,19
Contencioso	487,50	313,75
Limpeza, Higiene e Conforto	2 575,51	3 003,97
Outros	3 130,42	1 860,49

A rubrica de outros trabalhos especializados refere-se a serviços contratados por parte da Sixty Degrees nomeadamente gestão de redes sociais, serviços de consultoria e subscrições de programas necessários ao exercício da atividade.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Em 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos com Pessoal	**234 809.77**	**240 697.85**
Remuneraçoes do pessoal	126 757.28	121 617.80
Encargos sobre remunerações	28 369.70	27 567.80
Remunerações dos orgãos Sociais	63 321.08	72 725.12
Encargos sobre remunerações	14 161.95	16 302.63
Fundos Compensação	69.12	69.12
Seguros de acidentes de trabalho	814.20	1 151.31
Outros	1 316.44	1 264.07

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sixty Degrees contava com 8 colaboradores, dos quais 4 trabalhadores efetivos e 4 membros do Conselho de Administração, sendo três dos membros igualmente sócios da Sociedade.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Outros Rendimentos	**1 724.04**	**265.13**
Comissão CMVM	1 651.12	0.00
Correções relativas a exercícios anteriores	0.00	59.00
Diferenças de câmbio	37.43	25.04
Outros	35.49	181.09

19. OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Outros Gastos	**12 051.45**	**4 245.83**
Imposto sobre o valor acrescentado	684.48	0.00
Imposto de Selo	3 752.95	2 108.72
Taxas CMVM	7 351.12	1 000.00
Despesas não devidamente documentadas	19.54	159.61
Correções relativas a exercícios anteriores	67.89	794.16
Multas Fiscais	75.00	0.00
Juros de Mora	1.50	0.00
Diferenças de câmbio	98.97	183.34

20. PARTES RELACIONADAS

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade é composto por 852.468 ações de valor nominal de 1 euro cada, sendo integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionista	Participação	Data de Nascimento	Naturalidade	Nacionalidade
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	19.60%	19/08/1956	Angola	Portuguesa
Filipe Maurício de Botton	19.60%	05/05/1958	Portugal	Portuguesa
Virgilio Manuel Vargas Garcia	13.10%	29/11/1966	Portugal	Portuguesa
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	11.40%	07/04/1966	Portugal	Portuguesa
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	11.40%	22/06/1964	Angola	Portuguesa
António Pedro Nunes de Sousa Marques Dias	9.00%	09/03/1983	Portugal	Portuguesa
Nuno Miguel Murta de Sousa Pereira	9.00%	07/08/1985	Portugal	Portuguesa
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	6.80%	07/05/1960	Portugal	Portuguesa

Em 2021, os membros que compõem os órgãos sociais são os que a seguir se discriminam:

Mesa da Assembleia Geral

Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos
Patrícia Salgado Goldschmidt

Conselho de Administração

Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro
Maria do Rosário Amado Pinto Correia
Virgilio Manuel Vargas Garcia
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto

Conselho Fiscal

José Manuel Chaves da Veiga Sarmento
Jorge Emanuel Cravo de Albuquerque
Mafalda Dias dos Reis Mendes Duarte Jardim
Luis Alexandre Cantante Botelho Roseiro

Revisor Oficial de Contas

Kreston & Associados – SROC, Lda

Transações com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram originados os seguintes rendimentos e gastos resultantes de transações com partes relacionadas:

	Comissões Recebidas 2021	Comissões Recebidas 2020
	197 525,65	**59 189,72**
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	189 720,92	59 189,72
Sixty Degrees Flexible Allocation Flexível	6 054,20	-
Sixty Degrees Ações Portugal	1 750,53	-

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2021	
	Acionistas/Sócios	Outros Créditos a receber
Alexandre Carlos de Melo Vieira Costa Relvas	167 488.00	2 943.05
Filipe Maurício de Botton	167 488.00	2 943.05
Virgilio Manuel Vargas Garcia	111 451.00	2 769.93
Filipe Carlos Pinto Basto Bissaia Barreto	97 520.00	2 423.68
António Carlos Forte Pereira de Mello Vieira	97 520.00	2 369.68
António Pedro Nunes de Sousa Marques Dias	76 623.00	1 904.32
Nuno Miguel Murta de Sousa Pereira	76 623.00	1 904.32
Emídio José Bebiano e Moura da Costa Pinheiro	57 755.00	
	852 468.00	17 258.03

21. FUNDOS GERIDOS

Os principais dados financeiros dos Fundos geridos pela Sociedade, em 31 de dezembro de 2021, eram os seguintes:

	2021			
	Capital Realizado	Valor do Fundo	Resultado Líquido	Variações Patrimoniais
Sixty Degrees PPR/OICVM Flexível	7 798 212	8 294 995	488 973	-4 797.00
Sixty Degrees Flexible Allocation Flexível	1 500 000	1 543 173	43 173	-
Sixty Degrees Ações Portugal	450 653	455 162	4 912	-403.00

22. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

No que respeita ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do Artigo 66.º A, do Código das Sociedades Comerciais, a Administração informa que os honorários totais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 relativos a serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, referentes à revisão legal das contas foram de 2.000 euros (+ iva).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, registam-se como factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, as seguintes situações:

COVID-19 - A evolução do surto da Covid-19, que tem determinado inúmeras alterações à conjuntura mundial com efeitos sobre a atividade dos mercados e a gestão dos OICVM's, poderá desencadear novos eventos que terão de ser devidamente acompanhados pela Sociedade Gestora de forma a garantir não só a continuidade da sua atividade mas também a dos seus clientes.

Conflito Rússia/Ucrânia - O conflito armado que deflagrou entre a Rússia e a Ucrânia no início de março de 2022, irá trazer repercussões aos mais variados mercados internacionais, especialmente ao setor energético onde a Rússia tem um papel preponderante como fornecedor de Gás à Europa. A imposição de sanções, por parte da comunidade internacional, às fontes energéticas provenientes da Rússia, poderá trazer turbulência inesperada aos mercados mundiais até se arranjarem fornecedores alternativos que ajudem a manter os atuais níveis de consumo a preços mais perto dos anteriores ao conflito. A Sociedade Gestora irá acompanhar de perto os desenvolvimentos desta situação de forma a adaptar a gestão dos seus investimentos no melhor interesse dos seus participantes. Até à data do presente relatório, os impactos decorrentes do conflito na valorização da carteira têm sido inexistentes.

A Administração

O Contabilista Certificado

Lisboa, 21 de março de 2022

Certificação Legal de Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** (SIXTY DEGREES SGOIC), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 657.537 euros e um total de capital próprio de 597.835 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 135.699 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da SIXTY DEGREES SGOIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da SIXTY DEGREES SGOIC de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Capital Social: 50.200 euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº 104 | Inscrição na CMVM nº 20161426
www.kreston.pt | kreston@kreston.pt

- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;

- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- a avaliação da capacidade da SIXTY DEGREES SGOIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da SIXTY DEGREES SGOIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da SIXTY DEGREES SGOIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da SIXTY DEGREES SGOIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a SIXTY DEGREES SGOIC descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a SIXTY DEGREES SGOIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2022

J Bastos

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

SIXTY DEGREES

(SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(EXERCÍCIO DE 2021)

De acordo com o disposto da alínea g) do nº 1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comercias compete ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual da ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas emitidos pelo conselho de administração da Sixty Degrees – Sociedade de Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. relativamente ao ano findo o exercício de 2021.

1. Relatório da atividade desenvolvida em 2021 pelo Conselho Fiscal

Durante o exercício de 2021 o conselho fiscal, apesar da conjuntura criada pela pandemia COVID-19 exerceu sem restrições a sua atividade de controlo e monitorização, tendo-lhe sido disponibilizada toda a informação e documentação.

A sociedade gere os Organismos de Investimento Coletivo SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXÍVEL – Fundo de Investimento Aberto Flexível de Poupança Reforma, SIXTY DEGREES FLEXIBLE ALLOCATION/OICVM FLEXÍVEL – Fundo de Investimento Aberto Flexível e SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL/OICVM AÇÕES - Fundo de Investimento Aberto de Ações de acordo com a legislação, regulamentos e respetivos documentos constitutivos em vigor.

Durante o exercício de 2021 o Conselho Fiscal realizou quatro reuniões com a participação de todos os seus elementos, tendo sido elaboradas as respetivas atas, marcando o Presidente do Conselho Fiscal igualmente presença nas reuniões do Conselho de Administração. Dos assuntos abordados nas referidas reuniões e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal à gestão e aos resultados da Sixty Degrees destacam-se:

a. A participação na reunião do conselho de administração de 21 de dezembro de 2021 onde foram apresentados os relatórios e contas da Sociedade e do Fundo relativos ao período de agosto a novembro de 2021, o orçamento para 2022 e respetivas necessidades de capital da Sociedade;
b. A participação na reunião do conselho de administração de 30 de agosto de 2021 onde foram apresentados os relatórios e contas da Sociedade e do Fundo relativos ao 1º semestre de 2021, o relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e Controlo Interno e novo contrato de auditoria para o novo OICVM Flexible Allocation;

c. A participação na reunião do conselho de administração de 25 de fevereiro de 2021 onde foi efetuada uma apresentação da atividade comercial até 25/02/2021, da estratégia de gestão e respetivos resultados, contas do fundo e da sociedade referentes a dezembro de 2020 e janeiro de 2021, bem como a apreciação e aprovação de outros relatórios de controlo da atividade da sociedade e do fundo, a saber:
   - Relatório e Contas referente ao exercício de 2020;
   - Revisão anual de políticas, regulamentos e procedimentos nomeadamente:
     - Política de Continuidade de Negócios;
       Política de Categorização de Clientes e Adequação do Investimento;
       Política de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo
       Política de Admissão de Clientes e Contrapartes;
       Metodologia de Compliance;
       Mapa de Conflitos de Interesses.

   O Conselho Fiscal, representado pelo seu Presidente foi parte ativa nas discussões e propostas de resolução dos assuntos acima mencionados.

d. A promoção e realização de reuniões com o responsável pelo Controlo de Risco e de *Compliance* sobre o Sistema de Controlo Interno da Sociedade;
e. A análise do Sistema do Controlo Interno através das principais políticas e procedimentos implementados na sociedade, como elementos fundamentais de base ao controlo do risco, governo da Sociedade e clientes;
f. A fiscalização da independência do Revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, não se tendo verificado a sua existência [artº 420º, nº 2, d);
g. A análise do processo de preparação de divulgação da informação financeira [artº 420º, nº 2, a)];
h. Monitorização da correta aplicação dos princípios e regras definidos na Política de Remunerações da Sociedade e da Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
i. A participação na reunião do conselho de administração de 07 de abril de 2022 onde foi apresentado e **aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2021**, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 422º do Código das Sociedades Comerciais;

2. Sistema de Controlo Interno

O Conselho Fiscal acompanhou os processos de revisão das políticas e procedimentos implementados na sociedade, concluindo que as mesmas se configuram como adequadas e eficazes aos riscos da Sociedade nas suas várias vertentes.

No que respeita à adequação e eficácia do sistema de controlo Interno na prevenção do Branqueamento de Capitias e Financiamento ao Terrorismo, e decorrente da atividade atual da sociedade e dos ativos sob gestão dos OICVM's, o Conselho Fiscal concluiu que as Políticas e Procedimentos se mostram

adequados ao risco, dimensão e complexidade da sua atividade e na sua essência atuais face à regulamentação e orientações em vigor.

No que se refere a formação, foi ministrada uma formação, específica, em Branqueamento de Capitias e financiamento ao Terrorismo a todos os colaboradores da sociedade, incluindo os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

Relativamente às Políticas de Remuneração da Sixty Degrees, apesar de não estar prevista qualquer alteração, para nela se incluir uma remuneração variável, o Conselho Fiscal procedeu à sua reavaliação anual e respetiva implementação, tendo concluído, por uma opinião favorável, que as mesmas são adequadas à realidade atual da Sociedade, cumprindo os requisitos exigidos. Decorrente da análise efetuada foi enviado à administração e à Assembleia Geral parecer, confirmando a conformidade das mesmas

3. Análise do Relatório e Contas 2021

Ainda no exercício das suas competências, o Conselho Fiscal analisou o relatório e contas do fundo e da sociedade para o exercício de 2021:

- Os relatórios de auditoria emitidos pela Kreston, sociedade de revisores Oficiais de Contas, não identificaram qualquer problema, não tendo sido efetuado qualquer ênfase ou reserva às contas;
- Os documentos de prestação de contas, nomeadamente o relatório de gestão e as demostrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração, bem como o exame sobre os mesmos elaborado pelo revisor oficial de contas que emitiu a certificação legal de contas com a opinião de que a demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sixty Degrees Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo S.A.

4. Parecer do Conselho Fiscal

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes da Sociedade obtivemos sempre toda a informação e documentação necessária para a prossecução das tarefas, que agradecemos, concluindo que:

a) As demostrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da sociedade;
b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, estando conforme a política e procedimentos estabelecidos;
c) O relatório de gestão apresenta de modo esclarecedor a evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos, estando na nossa opinião de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
d) A proposta de aplicação dos resultados está em conformidade com as disposições legais e estatutárias;

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer que a Assembleia Geral da Sociedade a realizar no próximo dia 06 de maio de 2022, aprove:

- O relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tais como apresentados ao Conselho de Administração;

5. Revisor Oficial de Contas

Compete ao Conselho Fiscal, nos termos do art.º 420º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas para a Sociedade Gestora. Considerando o nível e qualidade do trabalho apresentado, o Conselho fiscal propõe à assembleia geral, a manutenção do mandato em vigor atribuído ao atual revisor, Kreston, Sociedade de revisores Oficiais de Contas para o triénio de 2022 a 2024.

Nota complementar ao Parecer

Como é do conhecimento generalizado, continuamos a viver uma conjuntura adversa em resultado da pandemia COVID-19, que teve impactos diretos não só na atividade económica, como na vida e gestão das empresas e no mundo em geral.
A adicionar a esta situação deparamo-nos pela primeira vez na Europa das últimas oito décadas, com uma situação de guerra resultante duma invasão militar de um país independente por parte de uma potência agressora. A invasão da Ucrânia pela Rússia, à revelia do direito internacional que regulou a vida do mundo desde a II Guerra Mundial, transformou-se rapidamente numa confrontação económica de alcance global com enormes repercussões nos mercados internacionais, especialmente no setor das commodities onde a Rússia tem um papel preponderante nomeadamente como fornecedor de Gás e petróleo à Europa. Se às sanções impostas por parte da comunidade internacional vierem a ser concretizadas novas sanções às fontes energéticas provenientes da Rússia, o mercado poderá passar ainda por períodos mais conturbados até arranjar fornecedores alternativos para manter os níveis de consumo atuais a preços pré-conflito. Esta situação de risco financeiro extremado, exige por parte dos operadores financeiros cuidados suplementares e atenção acrescida, o que o Conselho Fiscal pensa estar a ser devidamente tido em conta no âmbito da actividade da Companhia.

Perante estas situações os órgãos de fiscalização desempenham um conjunto de funções fundamentais para assegurar o bom funcionamento das sociedades, o que se revela particularmente crítico em contextos de acréscimo de desafios e de riscos, como o que atualmente vivemos, sendo de extrema importância que as funções de fiscalização seja escrupulosamente asseguradas, em particular, a monitorização do processo de preparação e divulgação de informação financeira referente ao fecho do exercício de 2021. Até à data do presente parecer os impactos decorrentes do conflito não têm tido repercussões na atividade corrente da sociedade

No seguimento do acima exposto, o Conselho Fiscal e a entidade responsável pela certificação das contas, Kreston, validaram conjuntamente se existiram constrangimentos que possam colocar em causa

os trabalhos relativos ao fecho de contas do exercício 2021. Da troca de impressões, não resultaram quaisquer situações que careçam de um tratamento especial tendo a Kreston assegurado que os trabalhos decorreram de forma normal visto a sociedade, à semelhança do ano transato disponibilizar a informação em local específico da sua Cloud.

Finalmente não podíamos deixar de agradecer a excelente colaboração de todos os dirigentes e demais colaboradores da sociedade com os quais tivemos de contactar para a prossecução do nosso trabalho.

Lisboa, 11 de abril de 2022

José Veiga Sarmento - Presidente

Jorge Albuquerque – Vogal

Mafalda Duarte – Vogal